

# Idéias em Destaque

Nº 21 - mai./ago. 2006



Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Edição

*Divisão de Estudos e Pesquisa*

Editor Responsável

*Manuel Cambeses Júnior*

Projeto Gráfico

*Mauro Bomfim Espíndola*

*Wânia Branco Viana*

*Jailson Carlos Fernandes Alvim*

*Abdias Barreto da Silva Neto*

Revisão de Textos

*Dirce Silva Brízida*

Ficha Catalográfica elaborada pela  
Biblioteca do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

Idéias em Destaque / Instituto Histórico-Cultural da  
Aeronáutica. – n.1, 1989 –  
v. – Quadrimestral.

Editada pela Vice-Direção do INCAER até 2000.  
Irregular: 1991–2004.

1. Aeronáutica – Periódico (Brasil). I. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. II. INCAER.

CDU 354.73 (05) (81)

## **Apresentação**

É com grande satisfação que apresentamos a nossos prezados leitores a publicação de número 21 da revista “*Idéias em Destaque*”.

Nesta edição referente ao 2º Quadrimestre do ano em curso, procuramos contemplar o nosso público alvo com instigantes trabalhos de autoria de conceituados escritores, enfocando assuntos ligados à Força Aérea, à Geopolítica, aos Temas Estratégicos, à História, à Arte e às curiosidades ligadas ao tema Aviação.

Agradecemos aos autores dos referidos textos e esperamos poder continuar desfrutando da prestimosa e contumaz colaboração com nosso periódico.

Por oportuno, informamos aos leitores que estamos receptivos a que nos enviem artigos para publicação, versando sobre temas de interesse da Família Aeronáutica e, sempre que possível, dentro da linha editorial de “*Idéias em Destaque*”.

*Tenente-Brigadeiro-do-Ar Refm. Octávio Júlio Moreira Lima*

Diretor do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica

## Sumário

1. A Condecoração de Kretschmer ..... 7  
*Ivo Gastaldoni*
2. A Nova Geopolítica e a Defesa Militar da Europa ..... 12  
*Delano Teixeira Menezes*
3. Os Militares e a Nova Ordem Mundial ..... 35  
*Lauro Ney Menezes*
4. A China e o Brasil no Século XXI: A Ordem Multipolar ..... 38  
*Severino Cabral*
5. A Primeira Esquadilha de Ligação e Observação ..... 42  
*Fernando de Almeida Vasconcellos*
6. O Legado dos Dirigíveis (Parte I) ..... 46  
*Solange Galante*
7. A Influência do Reduccionismo e do Fundamentalismo na Arte ..... 51  
*Araken Hypólito da Costa*
8. Conceito de Soberania e Interesse Nacional ..... 54  
*Sergio Xavier Ferolla*
9. Crises e Conflitos do Século XXI ..... 63  
*Carlos de Meira Mattos*
10. Guerra Fria: O Equilíbrio do Terror ..... 66  
*Manuel Cambeses Júnior*
11. A Inserção Geoestratégica do Brasil no Atual Contexto Internacional .... 73  
*Raymundo Guarino Monteiro*
12. O “Clube do Fole” ..... 88  
*Adaptação de capítulo do livro “Spitfire: Caçador Implacável”,  
de John Vader*
13. Bolívia: uma História Recorrente ..... 90  
*Manuel Cambeses Júnior*

# A Condecoração de Kretschmer

*Ivo Gastaldoni*

Difícil será dizer-se de algumas das guerras, desde a Antigüidade, que tenham sido justas. As guerras, inclusive as de cunho expansionista, têm, sempre, o condimento político, econômico ou étnico. Pouquíssimas foram aquelas que emergiram no seio de uma população. Guerras emanadas no sentimento de grupamento de indivíduos que se tenha sido esmagado ou ameaçado na sua sobrevivência. Na grande maioria as escaramuças são ditadas pelos poderes do topo da pirâmide social.

Constatada essa realidade de que as guerras, em sua maioria, não são justas, que deveriam ter sido proscritas, pior injustiça será condenar-se o soldado, que enfrenta um outro soldado antagonista como se fossem assassinos.

Pela especificidade de sua profissão, o militar apenas cumpre o seu papel de lutar em nome da população civil de seu lugar de origem, com o risco de sua própria vida. Cumpre seu dever. Certamente não terá sido ele quem tomou a decisão. Mandaram-no para a luta.

Em que pese, eventualmente, serem cometidos excessos, perdedores e vencedores não se odeiam. Ao contrário, respeitam-se. Obrigam-se a abater o contendor sem, contudo, perder de vista a condição de que ambos são seres humanos e profissionais da luta. Nada além disso.

A história que se segue exemplifica uma atitude de respeito entre dois contendores e demonstra, em algum ponto dela, a visão distorcida e injusta que alguns, de fora da caserna, lançam sobre os militares.

O início dos acontecimentos – que geraram a narrativa – foi um tanto inusitado.

No mês de maio de 1995, meu saudoso e querido amigo Isac presenteou-me com uma medalha que aparentava ser muito valiosa. Na verdade, eu conhecia o Isac há muito tempo, mas nossa amizade estreitou-se desde quando participávamos ambos do Conselho Superior do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, época em que ele se entusiasmou com meu livro “*A Última Guerra Romântica*” e resolveu oferecer-me a tal medalha alegando ter eu contribuído para vingar o povo judeu das atrocidades cometidas pela Gestapo.

Dois anos depois, em maio de 1997, lendo o KTB nº 124 (que é a Revista “*Sharkhunters*”, publicada nos EUA e especializada nas histórias de submarinos e submarinistas), fiquei sabendo que, durante uma revolta ocorrida, ainda em tempo de guerra, no Campo de Prisioneiros Bowmanville (Canadá), a medalha que o mais bem sucedido submarinista de todos os tempos, Otto Kretschmer, ostentava no peito, lhe havia sido arrancada e nunca mais se soubera dela.

Sendo eu um ardoroso admirador do *Silencioso Otto*, cujo lema era um torpedo, um navio, veio-me à lembrança a medalha do Isac, para quem telefonei perguntando onde ele conseguira tal objeto. A resposta do dileto amigo me deixou surpreso e excitado, pois me disse tê-la comprado no Canadá. A coincidência dos dois fatos era auspiciosa. Conteí ao Isac que suspeitava ser aquela a medalha de Kretschmer e pedi-lhe que me fizesse uma carta mencionando o motivo pelo qual ele me presenteara com tal medalha e, também, como ele a obtivera.

Isac Jakubovicz, este meu amigo, escreveu-me dizendo ter passado cerca de quatro anos no Canadá, em Montreal, como Assessor do Delegado do Brasil na OACI – Organização de Aviação Civil Internacional – mais precisamente, de janeiro de 1974 até agosto de 1977. Como colecionador que era, freqüentara, nas suas folgas semanais, lojas de antiquários e feiras de antiguidades naquele país. Não podia precisar ele onde exatamente adquirira aquela medalha, mas sabia ser a Cruz de Cavaleiro, com Palma de Carvalho e Espadas Cruzadas, espécime muito raro, por tratar-se de medalha de grau muito elevado.

No mês de julho de 1997, consultei meu cunhado, Prof. Fernando Nunes Pereira, que é um notável “*expert*” em prataria e antiguidades, pedindo-lhe que opinasse sobre a autenticidade da medalha. Depois de algum tempo, tendo ouvido inclusive a Confraria dos Antiquários, meu cunhado disse que ela era autêntica e extremamente rara porque, durante toda a Segunda Guerra Mundial, apenas 151 delas haviam sido concedidas.

Partindo dessa premissa, fiz cuidadosa pesquisa sobre a história da Cruz de Ferro e, entre outras coisas, fiquei sabendo que somente cinco medalhas dessa categoria (Cruz de Cavaleiro com Folha de Carvalho e Espadas Cruzadas) haviam sido atribuídas a submarinistas e, ainda, que o primeiro a recebê-la tinha sido o próprio Kretschmer,

em 26 de dezembro de 1941, época em que ele já era prisioneiro de guerra na Inglaterra, pois o seu submarino U-99 havia sido destruído pelo destróier Walker, em 17 de maio de 1941. Aqui se constata o valor de Kretshmer, pois mesmo tendo combatido apenas metade da guerra, ele é recordista com 44 navios afundados, totalizando 266.269 toneladas. Enquanto esteve na Inglaterra, ele tentou uma fuga para a Noruega e, para desestimular qualquer nova tentativa, mandaram-no para um campo de prisioneiros no Canadá.

Conviria, a esta altura, acrescentar um adendo, fruto de pesquisas, para que se abra, ao conhecimento geral, o histórico da “*Eisemen Kreuz*” (EK) – a CRUZ DE FERRO.

Foi ela substituída em 1870, na Guerra Franco-Prussiana, e também na Primeira Guerra Mundial, em 1914.

Em 1º de setembro de 1939, Hitler reinstituiu a Cruz de Ferro, estabelecendo a data de 1939 e colocando a suástica no centro. A fita passou a ter as cores nacionais alemãs da época: vermelha com listras brancas e ourelas pretas. Originalmente, havia três classes de Cruz de Ferro: 2ª classe, 1ª classe e Grã-Cruz “*Grosskreuz*”, mas, para cobrir a grande diferença entre a 1ª Classe e a Grã-Cruz, foi criada a Cruz de Cavaleiro – “*Ritterkreuz*” (RK). Esta cuidadosa elaboração, datada do mesmo dia da invasão da Polônia, indica que Hitler imaginava uma guerra de longa duração.

A Cruz de Cavaleiro é pouco maior que a Cruz de Ferro e tem um debrum de prata em seus bordos; sustentada pela fita em torno do pescoço, ficava pouco abaixo do nó da gravata e os submarinistas a recebiam ao alcançarem a marca de 100.000 toneladas afundadas. No decorrer da guerra, foram tantos os detentores da Cruz de Cavaleiro que continuavam praticando atos meritórios e heróicos, que, para distingui-los dentro da Ordem, foram criados mais quatro graus superiores.

A Cruz de Cavaleiro com Folha de Carvalho (“*Einchenlaub*”) foi criada em 3 de junho de 1940, e o primeiro a recebê-la foi o General Dietl, Comandante da Operação de Narvik. As Folhas de Carvalho eram concedidas isoladamente, num estojo negro.

A Cruz de Cavaleiro com Folha de Carvalho (FC) e Espadas Cruzadas (“*Schwertem*”) foi criada em 21 de junho de 1941, e o primeiro a recebê-la foi o ás Adolf Galland, por sua 70ª vitória aérea na Batalha da Inglaterra.

A Cruz de Cavaleiro (CC) com Folha de Carvalho (FC), Espadas (E) e Diamantes (“*Brillantem*”) foi criada em 15 de julho de 1941. O primeiro a receber “*Diamantes*” foi o ás Werner Mölders.

A Cruz de Cavaleiro (CC) com Folha de Carvalho (FC) Dourada, Espadas (E) e Diamantes (D), criada em 29 de dezembro de 1944, foi exemplar único destinado ao piloto de “*Stuka*” Ulrich Rudel, que sobreviveu à guerra.

A Grã-Cruz (“*Grosskreuz*”), criada em 1º de setembro de 1939, teve Göering como único contemplado.

Essas medalhas foram concedidas nas seguintes quantidades: CF II (Cruz de Ferro de 2ª classe), aproximadamente 2.500.000; CF I (Cruz de Ferro de 1ª classe), 300.000; Cruz de Cavaleiro (CC), 7.318 (144 para submarinistas); Cruz de Cavaleiro (CC) com Folha de Carvalho (FC), 853 (29 para submarinistas); Cruz de Cavaleiro (CC) com Folha de Carvalho (FC) e Espadas (E), 151 (cinco para submarinistas – Kretschmer foi o primeiro, em 26 de dezembro de 1941); Cruz de Cavaleiro (CC) com Folha de Carvalho (FC), Espadas (E) e Diamantes (D), 27 (duas para submarinistas: Luth, em 9 de agosto de 1943, e Brandt, em 23 de novembro de 1944).

Com quase certeza de que a medalha que estava em meu poder era a do Kretschmer, tendo em vista que, na ocasião em que a revista “*Sharkhunters*” publicara o episódio o próprio Kretschmer pertencia ao seu Conselho Editorial, tomei a decisão de envidar esforços para devolver o troféu a seu dono. Com esse objetivo, procurei a ajuda do meu competente assessor internacional para assuntos aeronáuticos, o Ten.-Cel.-Av. Álvaro Luiz de Sousa Gomes, do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, que orientou todos os procedimentos posteriores. Dentre esses procedimentos, enviei uma carta ao Adido Militar das Forças Armadas Alemãs, junto à Embaixada da República Federal da Alemanha em Brasília, na qual eu fazia uma breve explanação das ocorrências e terminava solicitando que fosse feita uma versão da missiva e a enviassem, juntamente com os anexos, para que o próprio Kretschmer examinasse o assunto, tendo em vista que era do meu conhecimento que o Vice-Almirante Kretschmer continuava vivo na Alemanha. Encerrava a carta grafando: “*Caso ele reconheça que as fotos representam a medalha perdida, terei a honra de devolvê-la a seu legítimo dono*”. Eu anexara os documentos:



1. Top 20 Commander;
2. Top 20 Commander (Otto Kretschmer);
3. página 8, do KTB nº 124;
4. Três fotos da medalha.

Pedia, outrossim, o endereço do Vice-Almirante para enviá-lhe um exemplar do livro “*Memórias de um Piloto de Patrulhas*”, também de minha autoria.

Posteriormente, meu ato inicial resultou em troca de correspondências entre o Coronel Seidl, Adido da Defesa da Embaixada da República Federal da Alemanha, que intermediava o assunto, e a minha pessoa.

Finalmente, recebi, anexa a uma mensagem do Coronel Seidl, uma bela carta do mais bem sucedido submarinista do mundo, com a correspondente tradução, na qual ele negava ter tido a sua medalha roubada, mas revelava uma mágoa e uma tristeza sobre o tratamento que tem recebido, o que me leva a supor que ele fora induzido a negar.

Aliás, soube pelo Cônsul da Noruega em Salvador (BA), Senhor Gran, que combateu ao lado dos ingleses e hoje falecido, que o atual Governo alemão proíbe qualquer manifestação de apoio aos velhos veteranos de guerra, tanto que foi demitido o Coronel Comandante de um regimento somente porque permitiu que veteranos desse regimento se reunissem em seu quartel. O Governo quer apagar toda a memória nazista.

Por fim, pesquisando no livro “*Insígnias Nazistas*”, de Jack Pia (Editora Renes, 1976), encontrei a Lei “*Desnazificação de Condecorações*”, de julho de 1957, pela qual o Governo alemão estabelece que podem ser usadas todas as condecorações da época do regime nazista, omitindo-se, porém, qualquer representação suástica.

*Nota: Kretschmer faleceu num acidente de automóvel em 1998, e a medalha continua comigo.*

*O autor é Major-Brigadeiro-do-Ar Reformado, Piloto de Patrulha e  
Conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.*

# A Nova Geopolítica e a Defesa Militar da Europa

*Delano Teixeira Menezes*

## 1. Introdução

O referendo sobre uma Constituição para a União Europeia não deixou de ser uma tentativa de dar ao Velho Continente personalidade jurídica que possibilitasse recolocá-lo no cenário mundial, com outro peso específico. Essa nova identidade, diferente daquela que deu visibilidade à União Aduaneira e Comercial, manifesta o desejo de inserir a Europa no jogo de poder mundial, com uma capacidade de decisão política que a entidade econômica não teria a capacidade de lhe dar. Entretanto, a existência de um documento de tal magnitude implica em tratar temas sensíveis a muitos países que ainda não foram suficientemente debatidos, tais como: defesa militar, soberania, identidade nacional, e muitos outros adjacentes a estes.

A compreensão do re-ordenamento do Poder Mundial será tão mais nítida quanto se possa interpretar a interação dos valores, da política, da Geografia e da História da Europa, que são integrantes e inseparáveis de uma geopolítica global. No momento em que há a pretensão de se formar um Estado supranacional no Continente europeu, torna-se indispensável uma reflexão da multiplicidade de interesses dos Estados constituintes da União, que se entrelaçam e se tornam portadores de tensões. Os Estados europeus fundamentam e legitimam a aplicação do seu poder sobre o espaço geográfico que ocupam nas tradições, nas conquistas do passado, nas etnias que constituem seus habitantes e nas peculiaridades que caracterizam cada nação. Essas nações, movidas por interesses específicos, por séculos, deslocaram-se nas mais diversas direções, particularizando a geopolítica da cada uma. Como salienta Norbert Elias, porém, a “civilização” não é, nem o é a racionalização, um produto da “ratio” humana ou resultado calculado em longo prazo. A coisa acontece, de maneira geral, sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo específico de ordem”<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Elias, Norbert – *O Processo Civilizador*, vol.2, pág.193.

É exatamente essa ordem pela qual perpassou o processo civilizador europeu, ao longo de muitos séculos, e que ainda se está criando, que será solidificada/impactada pela Constituição pretendida.

O conjunto da civilização européia esteve submetido a reorganizações periódicas de relacionamentos nacionais, concomitantes a mudanças internas de sistemas de governo e que resultaram em transformações significativas das respectivas estruturas de poder, com reflexos na região de influência de cada Estado. Enquanto vivia disputas internas de poder, o Continente, como um todo, conseguiu influenciar fortemente as demais regiões do Planeta. Em 1800, os europeus controlavam 35% das terras do globo; em 1878, cerca de 67%; e, em 1914, 84%<sup>2</sup>. Essa projeção do poder da civilização européia, ao atuar em diversas áreas geográficas do globo terrestre, desenhou uma geopolítica global, que somente começou a ser desarticulada ao final da Segunda Guerra Mundial, com a saída de cena do Império Britânico.

A devastação do Continente causada pela Guerra teve efeitos deletérios mais duradouros nas estruturas sociais do que na economia. O Plano Marshall (1947/1952) e os diversos mecanismos de cooperação conseguiram recompor a maioria das economias continentais em bases modernas e eficientes, mas as gerações perdidas nesse processo e as conseqüentes desagregações sociais produziram efeitos que se fizeram sentir até bem pouco tempo.

A desarrumação da ordem existente privilegiou particularmente dois pólos de poder mundial, que passaram a utilizar o território europeu como arena para disputas ideológicas, numa espécie de campo sagrado onde se derramaria a última gota de sangue da civilização: os Estados Unidos, o único vencedor de fato do mundo ocidental na guerra, e a União Soviética. Criou-se até um muro físico, e não meramente político, para que os estilos de vida não se misturassem. Dividiram-se famílias, amigos, costumes, com perturbações marcantes na malha social de numerosas comunidades.

A confrontação desses dois poderes resultou na permanência de grandes contingentes militares na Europa, influenciando as políticas públicas, os costumes, economias e as próprias relações sociais

---

<sup>2</sup> *Kennedy, Paul – Ascensão e Queda das Grandes Potências, pág. 149.*

nos países onde essas tropas estacionaram. Ainda hoje os Estados Unidos da América do Norte mantêm mais de 100 mil homens e mulheres fardados na Europa<sup>3</sup>.

Os sentimentos nacionais e os temores antigos, porém, não desapareceram e, ao fim da bipolaridade, afloraram com outras questões de ordem geopolíticas que estavam reprimidas. Todas essas questões entrarão na conta das relações de confiança mútua a serem praticadas pelas nações européias, antes que se chegue a um sistema de defesa coletiva real.

Outros itens também aguardam respostas específicas: como conceber um sistema de defesa militar sem considerar alianças extracontinentais de cada país-membro da União? Como identificar potenciais ameaças, que possibilitem estruturar um sistema de defesa comum e integrado? Estarão, os países do Leste Europeu, dispostos a aceitar alianças militares e sujeição política, no momento em que estão sendo atraídos pelas vantagens econômicas?

Essas incertezas, que afloram de uma nova realidade, constituem as tintas que estão sendo usadas para pintar o novo quadro da realidade européia e que deveriam ser resolvidas, mesmo que parcialmente, antes que uma Constituição seja adotada.

Assim sendo, torna-se necessário que a análise deste quadro seja precedida de uma reflexão histórica dos estudos teóricos da Geopolítica, que depois da Primeira Guerra Mundial estavam centralizados no “*Institut für Geopolitik*” de Munique, sob a direção do Professor Karl Haushofer. Nessa época, os teóricos alemães retomaram as idéias imperialistas de Ratzel e de Mackinder, utilizando a metodologia do sueco Rudolf Kjellén, e formularam concepções sobre a vida dos Estados. Os debates em torno das teorias continham um viés evolucionista muito em voga nos meios científicos da época. Aquelas teorias passaram a ser consideradas, impropriamente, como os fundamentos da Geopolítica. Atribuía-se, assim, uma racionalidade e uma consciência evolucionista aos Estados nacionais que contrastavam com a idéia do processo civilizador de Norbert Elias. De fato, alguns conceitos foram intencionalmente apropriados pelo Estado alemão, e serviram tanto para estigmatizar o termo Geopolítica, quanto

---

<sup>3</sup> *The Military Balance – 2003-2004.*

para gravar no imaginário dos países europeus, vítimas das agressões germânicas, a idéia de uma renitente vocação expansionista da Alemanha.

A reflexão aqui proposta também nos levará a conhecer as várias concepções de poder mundial que se formularam, para que possamos compreender o grau de influência que aquelas teorias tiveram no novo “*desenho*” da Europa do pós-guerra.

Em seguida, *vis-à-vis* à reflexão geopolítica anterior, tentaremos interpretar o “*jogo de poder*” operado por três países que definem nitidamente as forças em ação na Europa: a Inglaterra, a França e a Alemanha.

O sistema atual de defesa militar da Europa Ocidental, em expansão para o leste, será visto como uma entidade anacrônica, cristalizada na pretendida Constituição, que representa a antinomia de uma vontade de independência política e uma dependência militar consubstanciada na manutenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte. A imigração, o fundamentalismo religioso, o crescimento populacional e as desigualdades regionais atribuem à defesa militar da Europa outras circunscrições que fogem das concepções clássicas da guerra. Tangem diversos setores das nações da União, colocando em risco a segurança sem uma especificidade militar, exigindo, assim, conceitos diferentes de defesa.

Ao analisarmos as implicações geopolíticas que incidem em uma Constituição para a União Européia, é imprescindível que se procure compreender também o comportamento da Geopolítica norte-americana, para que o jogo de poder mundial que se está desenrolando fique mais claro.

## 2. Reflexão Geopolítica

O termo Geopolítica foi formulado pela primeira vez, em 1916, pelo sociólogo sueco Rudolf Kjellen em sua obra “*O Estado como Forma de Vida*”<sup>4</sup>. Kjellen define a Geopolítica como a “*ciência da vinculação geográfica aos acontecimentos políticos e tem por objetivo principal o aproveitamento racional de todos os ramos*

---

<sup>4</sup> In Castro, Therezinha, “*Geopolítica – Princípios, Meios e Fins*”, pág.28.

da Geografia no planejamento das atividades do Estado”, visando a resultados imediatos ou remotos. O cartesianismo que sugere ao tratar duas categorias distintas, uma a Geografia, com definições precisas e claras, e a outra a Política, afeita a relativizações, elabora um eito de determinismo que permite que a Geopolítica preste serviços às causas que podem levar à guerra. A racionalidade evolucionista que os teóricos creditavam à Geopolítica parece contrariar o fluxo mais ou menos caótico, atribuído por Elias ao processo civilizador, o que originou polêmicas acaloradas entre os intelectuais. O próprio Elias, entretanto, atribui uma certa estabilidade ao processo no longo prazo, quando diz que “...nem por isso sem um tipo específico de ordem”. Como a Geopolítica pretende buscar coerência em longos processos históricos, é nessa “ordem” referida por Elias que ela busca a sua racionalidade, pois, quando a Geopolítica observa o passado, procura não tanto os conhecimentos que podem ser resgatados, mas a ação que eles governam e, assim, com medidas políticas, tenta traçar os caminhos do futuro. Nessa pretensão é que residem as questões controversas da Geopolítica, pois a tentativa de determinar o futuro mediante ações políticas contraria interesses de outros Estados, ensejando contenciosos que podem levar à guerra. O determinismo que lhe é atribuído reside no fato de considerar que todo país é refém da sua Geografia física, o que o obriga a ir buscar fora dos limites de suas fronteiras os recursos de que não dispõe. Quanto mais dependente ele se torna desses recursos, mais ele se esforçará para obtê-los.

Mesmo assim, a Geopolítica pode servir para traçar as metas de um governo com propósitos não imperialistas ou expansionistas, fundamentando suas diretrizes de desenvolvimento na integração, no aproveitamento sistemático do espaço geográfico e das vantagens comparativas da posição do Estado em relação aos outros.

Estas têm sido, de fato, as diretrizes de trabalho dos países da Europa na formação da UE, ainda que o termo Geopolítica não seja, freqüentemente, mencionado. A estigmatização dessa “ciência” começou exatamente quando ela foi apropriada pelo Estado alemão para atender os seus objetivos expansionistas.

O auge dos estudos desse ramo da Geografia, desde quando se falou em Geopolítica como ciência, com um nítido propósito de seus primeiros formuladores (que eram quase todos geógrafos) de alçarem esse ramo do conhecimento (a interseção da Geografia com a História

e a Política) a um *status* próprio, ocorreu no Instituto de Geopolítica de Munique entre as duas Grandes Guerras. De lá saiu a teoria do espaço vital (“*lebensraum*”), considerada na época um dos conceitos geopolíticos básicos, extraída da obra “*Geografia dos Estados, do Tráfico e da Guerra*” de 1903, de Friedrich Ratzel, criador da Geografia Política. Esta teoria preconizava que o Estado, como um ser vivo, não poderia ter o espaço geográfico como limitador de seu crescimento. Mais tarde, ela viria a dominar o pensamento de Hitler, passando a dirigir os planos do Estado-Maior alemão para domínio do mundo. Talvez por isso a Geopolítica tenha assumido um conceito errôneo de determinismo, como já vimos, levando alguns especialistas a entenderem esse novo ramo da Geografia Política como algo nefasto à paz mundial.

A vinculação inextricável entre Geografia e Política, entretanto, conduziu a formulações de teorias estabelecendo que os espaços físicos da terra, do mar e do ar eram determinantes ao Poder Mundial. E, em se tratando desses três elementos, não seria difícil compreender que eles têm significados distintos para russos, norte-americanos, franceses, ingleses e portugueses, por exemplo. Sabemos que não existem nações cujas condições sejam idênticas: a Geografia Física influencia de maneiras diferentes o acesso a recursos naturais fora de cada território nacional, o relevo e o clima atuam de formas diversas sobre as condições de vida de seus habitantes e sobre os sistemas de defesa, e condicionam histórias e culturas<sup>5</sup>, influenciando nas razões da existência de nações com estágios de desenvolvimento humano defasados.

Em razão dessas diferenças, existirão tantas diretrizes geopolíticas quantos sistemas estatais subsistam em confronto. A compatibilização desses sistemas em único sistema europeu consubstanciado em uma Constituição não será algo fácil de ser assimilado por todos os países da União Européia.

De fato, o Continente europeu ocupa uma posição geográfica especial, como parte importante do Poder Mundial. Sir Halford J.

---

<sup>5</sup> Para maior compreensão do tema, é importante conhecer o debate realizado entre diversos intelectuais da atualidade reunidos por Lawrence E. Harrison e Samuel Huntington no livro “*A Cultura Importa – Os Valores que definem o Progresso Humano*” – Rio de Janeiro: Record, 2002.

Mackinder (1861-1946)<sup>6</sup> já havia destacado, na década de 30 do século XX, que 75% das terras do globo terrestre constituíam a Europa, Ásia e África e que aí viviam 90% da população mundial. Deduziu, com certa propriedade, que, no conjunto dessas três massas continentais, a parte que ficava acima do Equador (que ele chamou de “*Ilha Mundial*”) poderia agir em todas as direções do globo terrestre e, por isso, conseguiu estender sua civilização para a periferia – América de um lado e Oceania do outro. Na “*Ilha Mundial*”, Mackinder destacou que a parte centro-oriental da Europa foi o ponto de partida das conquistas dos chamados bárbaros para oeste e a dos cossacos para leste. Nesse núcleo de expansão, Mackinder localizou o que chamou o “*Coração da Terra*” (*Heartland*), por ser uma área isolada dos oceanos, onde os próprios rios interiores contribuía para esse isolamento.

Esta região seria a que foi ocupada pela antiga União Soviética, tendo a Rússia como núcleo. O acesso pelo norte é bloqueado pelas geleiras do Ártico e, ao sul, por salinas e bacias fechadas. Essa singular característica geográfica constitui uma região protegida contra as ações do Poder Marítimo. Daí o Poder Militar da antiga União Soviética, hoje da Rússia, estar sustentado por enorme força de submarinos que se move debaixo do gelo e por poderosas divisões de blindados que se deslocam com muita rapidez pelas estepes.

Essa vantagem, no entanto, tinha um aspecto negativo: o da exclusão da mobilidade marítima, o que retarda a sua expansão. Esse aspecto negativo é contrabalançado pela existência da área contígua ao “*Heartland*”, que Mackinder chamou de “*Crescente Interno Marginal*”, onde estão todos aqueles países que faziam parte da União Soviética, circundando a Rússia, e que constituem uma autêntica retaguarda geoestratégica para a defesa em profundidade do “*Heartland*”. Estes países eram considerados os *buffers* da Rússia dentro do antigo Pacto de Varsóvia.

Nos anos iniciais da Segunda Guerra Mundial, Haushoffer (1869-1946)<sup>7</sup> tinha essa percepção, pois ele via na Rússia bolchevista o aliado geopolítico natural, que serviria de ponte ou elo entre a Alemanha e os

<sup>6</sup> In Defarges, Philippe Moreau “*Introduction à la Geopolitique*”, pág.46.

<sup>7</sup> In Defarges, Philippe Moreau “*Introduction à la Geopolitique*”, pág.87.



povos asiáticos, cujo inimigo comum eram o colonialismo e o poder marítimo britânico. Já o grande temor de Mackinder, do lado inglês, sempre foi o de que uma eventual aliança entre as duas potências continentais européias – a Alemanha e a Rússia – poderia representar perigo para o futuro do Império Britânico. Para ele, uma coalizão do Estado-pivô do *Heartland*, a Rússia, com a potência centro-européia, a Alemanha, implicaria uma alteração radical do poder em toda Eurásia.

Hoje, a Rússia está isolada militarmente pelo fato de os países que eram “*amortecedores*” da sua defesa no Pacto de Varsóvia terem se bandeado para a Organização do Tratado do Atlântico Norte. Os países desse setor adquiriram, entretanto, nova dinâmica num mundo mais devassado e globalizado, sob o ponto de vista geoestratégico. A contenda leste-oeste, entre União Soviética e Estados Unidos, era bem mais dinâmica do que a que o mundo viveu entre as duas Grandes Guerras e hoje está se desviando para um posicionamento norte-sul. Conseqüentemente, a periferia passou a ser constituída pelas terras marginais da Antártica. Já o Ártico, no Hemisfério Norte, que era o hemisfério geopoliticamente decisório, teve importância destacada quando o Canadá propôs a partilha das ilhas árticas, alegando que elas constituíam importantes trampolins na defesa dos países defrontantes (no caso, Canadá e União Soviética). Em face desse precedente no sistema do Direito Internacional, é oportuno lembrar que o mesmo princípio dos setores defrontantes, ou defrontação, venha a ser posto em prática na partilha do Continente austral.

De acordo com a Teoria dos Setores Polares de Mackinder a importância da Antártica ficou patente na época da confrontação Estados-Unidos/União Soviética, pois o Poder Terrestre comandado por Moscou tentou o envolvimento marítimo pelo sul, fazendo-se presente em Cuba e Cabo Verde, como pontos de apoio para um possível controle das rotas do Atlântico Norte, em Angola, Moçambique e a base antártica de Novozarevskaya, numa tentativa de controlar a passagem do Oceano Atlântico para o Índico e das bases de Bellingshausen, Arctowski e Druznaya no Continente antártico para controlar o estreito de Drake, no sul da América do Sul. Essa tática se justificava, pois esse Poder encontrava-se bloqueado em pontos nevrálgicos das ligações interoceânicas, autênticas “*portas marítimas*” que, no tabuleiro de poder mundial, eram defendidas pelo grupo de nações que formavam o bloco ocidental.

No período que se passou entre as duas Grandes Guerras, quando as teorias de Mackinder dominavam os debates intelectuais e influenciavam os estadistas na Europa, ocorria nos Estados- Unidos um grande debate, no qual diversas correntes de pensamento se confrontaram sobre aspectos fundamentais da grande estratégia a ser adotada pelo governo norte-americano no campo da política internacional. Uma defendia a preservação da paz mediante um sistema de segurança coletiva, controlado por um condomínio de poder (Liga das Nações). Era chamada de idealista. A outra era a corrente realista, que se caracterizava por um intervencionismo apoiado numa política de poder norteada pelos critérios estritos da segurança e dos interesses nacionais norte-americanos.

Esse grande debate modelou o perfil intelectual de Nicholas Spykman (1893-1943)<sup>8</sup>, professor da Universidade de Yale, que expôs suas idéias em duas obras, definindo-se adepto incontestado do realismo em relações internacionais e do intervencionismo na política externa norte-americana. Ele usou o termo *Rimland* para substituir a noção de *Inner Crescent* ou o Crescente Interno Marginal de Mackinder. O conceito estratégico do *Rimland* assume, no pensamento de Spykman, uma centralidade equivalente à do *Heartland* na concepção geopolítica de Mackinder. Assim como o *Heartland* é a noção axial da teoria do poder terrestre, o *Rimland* é a idéia nuclear em torno da qual convergem e se articulam todos os demais componentes geopolíticos e estratégicos da teoria de Spykman.

O geógrafo americano descrevia e analisava da seguinte maneira as grandes linhas dessa idéia estratégica: *“O Rimland da massa terrestre eurásiana deve ser visto como uma região intermediária entre o Heartland e os mares marginais. Ele funciona como uma vasta zona amortecedora no conflito entre o poder marítimo e o poder terrestre. Com vista para ambas as direções, ele tem uma função anfíbia e deve defender-se em terra e no mar. No passado, ele teve de lutar contra o poder terrestre do Heartland e contra o poder marítimo das ilhas costeiras da Grã-Bretanha e do Japão; é na sua natureza anfíbia que está a base de seus problemas de segurança”*.

---

<sup>8</sup> In Defarges, Philippe Moreau “Introduction à la Geopolitique”, pág 88.

É perceptível que as idéias de Spykman saíram vencedoras no debate com os idealistas do final da Primeira Guerra, como vimos anteriormente. É possível notar a influência das suas idéias na doutrina americana até hoje, pois o Iraque, assim como todo o Oriente Médio, está dentro do *Rimland*: começa no mar Báltico, passa pela Europa Central, a Ucrânia e a Bielo-Rússia, os Bálcãs, Turquia, Ásia Central e o Paquistão, o Afeganistão, o Irã, o Iraque e a Palestina, enfim, toda essa área que hoje já é fortemente influenciada pelos Estados Unidos.

Do término da Segunda Guerra Mundial até ao início da “*Guerra Fria*”, o mundo passou por um período de acomodação ao novo tipo de poder, necessária para substituir o declinante Império Britânico, e que terminou na bipolaridade definida pelo confronto leste-oeste. Cada lado foi liderado pelos dois mais poderosos países vitoriosos e ex-aliados na guerra contra o nazi-fascismo: os Estados- Unidos da América do Norte e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Nesse período, surgiu um intelectual renomado e cientista político de projeção internacional, Zbigniew Brezezinski, que ocupou o cargo de Assessor do Presidente para assuntos de Segurança Nacional, no governo democrata de Jimmy Carter (1977-1981). Em 1981, com o fim do Governo Carter e a volta ao poder dos republicanos, ele retorna à cátedra como professor da Universidade de Colúmbia, associando-se ao Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown, mas continuou como um “*espectador engajado*”. Nessa posição, ele produziu um livro publicado com o título de “*The Grand Chessboard*”, em que faz uma análise da realidade do leste asiático e das relações com a China e o Japão, revisitando o conflito norte-americano-soviético, abordado anteriormente em outro livro de sua autoria, “*Game Plan: A Geoeconomic Framework for the Conduct of the U.S. – Soviet Contest*” (1983). Faz um balanço global da confrontação leste-oeste, sugere linhas de ação para a política de segurança nacional norte-americana, esboça cenários e aponta os possíveis desdobramentos da rivalidade entre as duas superpotências. O seu enfoque não privilegia o antagonismo ideológico nem a competição econômica entre ambos. O foco principal da reflexão é a luta travada entre as superpotências pelo controle da Eurásia, como pré-condição para a conquista da supremacia mundial. “*Naquele contexto, o modo como a América*

*manages a Eurásia é crítico. O poder que dominar a Eurásia controlaria duas das três regiões mais avançadas e economicamente produtivas do mundo. Um mero olhar no mapa também sugere que controlar a Eurásia pode automaticamente significar a subordinação de África, tornando o Hemisfério Ocidental e a Oceania geopoliticamente periféricos para o continente central do mundo. Aproximadamente 75 por cento das pessoas do mundo vivem na Eurásia, e a maioria da riqueza física do mundo está ali também, em seus empreendimentos e debaixo de sua terra. A Eurásia possui algo em torno de três quartos dos recursos de energia conhecidos do mundo”<sup>9</sup>.*

O colapso do bloco comunista veio confirmar, em grande parte, os prognósticos feitos por Brzezinski no livro “*The Grand Chessboard*”, que contribuíram para o inesperado e pacífico desfecho da confrontação americano-soviética. Ele chega a assumir um tom profético e alarmista em alguns trechos, quando escreveu que “*nunca antes uma democracia popular alcançou a supremacia internacional. Mas a simples posse do poder não é um objetivo que comanda a paixão popular, exceto nas condições de uma súbita ameaça ou desafio ao senso popular de bem-estar doméstico. Os danos causados à economia (isto é, gastos com defesa) e o sacrifício humano (mesmo entre os soldados profissionais) requerem um esforço incompatível com os instintos democráticos. A democracia é avessa a uma mobilização imperial*”<sup>10</sup>.

É importante salientar, no entanto, que em sua maioria, as idéias contidas no livro de Brzezinski não são propriamente novas nem inteiramente originais. A visão geopolítica e estratégica de Brzezinski é, em grande parte, oriunda de duas matrizes preexistentes que foram desenvolvidas por Mackinder e Spykman.

Nesse contexto, o comportamento da geopolítica norte-americana atual deve ser observado para que se tenha melhor compreensão das implicações geopolíticas que incidem em uma Constituição para a União Européia e, assim, deixar mais claro o jogo de poder mundial que está em andamento.

---

<sup>9</sup> Brzezinski, Zbigniew – “*The Grand Chessboard*”, pág. 31.

<sup>10</sup> *Ibid*, pág. 35.

Atualmente, a política externa dos Estados- Unidos procura consolidar a hegemonia mundial alcançada e continua atuando no sentido de conquistar, ou manter, posições geoestratégicas que lhes permitam prolongar o máximo possível a permanência na elevação que alcançaram. A militar, pelo menos até agora, não encontra um oponente à altura, mas a econômica deverá ser compartilhada com outros atores, que crescem sem utilizar o aparato bélico.

O conhecimento das linhas de pensamento de alguns teóricos e formuladores geopolíticos modernos e a passada de olhos nas teorias formuladas pelos alemães, ingleses e norte-americanos do pós-Primeira Guerra Mundial nos dão instrumentos para interpretar a realidade atual do jogo de poder no mundo. Algumas dessas teorias se concretizaram e estabeleceram rumos conhecidos nas relações internacionais, enquanto outras não passaram de teorias e se frustraram diante de realidades mais fortes. O imponderado e perturbador da Geopolítica são os prognósticos que os seus teóricos tentam fazer. Quando eles são guindados ao poder e procuram implementá-los, influenciando a Política para alcançar os desígnios traçados, torna a Geopolítica assustadora pelo sentido imperialista que imprimem à condução das políticas externas. Quando eles se mantêm, no entanto, à margem do poder e acertam nos prognósticos, possivelmente eles poderão não estar vivos para ver seus resultados, pois os estudos geopolíticos são tanto mais precisos quanto maiores forem os períodos de tempo e espaços geográficos estudados e envolvem enorme multidisciplinaridade de conhecimentos.

Outro aspecto que abala a racionalidade da Geopolítica é a imponderabilidade do comportamento humano e da ação social que atua no percurso entre o exercício de interpretação do passado e do presente e os objetivos determinados para o futuro. No ato de identificar a ação que governa o conhecimento que vem do passado, como já vimos, incide um espectro tão grande de variáveis de toda ordem que fragiliza os argumentos que a Geopolítica usa para sustentar a visão do futuro. Desta forma, a Geopolítica pode ser colocada mais como um instrumento acessório de reflexão do que a *dóxa* que governa a ação política dos Estados.

Desse modo, a maneira como os países mais influentes da Europa souberem usar esse instrumento de reflexão para equilibrar as forças políticas e econômicas e manejarem a hegemonia militar dos Estados- Unidos determinará a forma da permanência da Europa no jogo de poder do mundo moderno.

### **3. A Segurança Continental na Constituição Européia**

No final do século XX, parecia clara e iminente a cristalização do processo de integração européia num estado transnacional iniciado nos anos 1950. Os debates políticos e econômicos do Continente andavam em rotas convergentes, tudo levava a crer que os países signatários do Tratado de Maastricht (1991) haviam afogado as velhas mágoas e disputas de poder nas águas da modernidade e que estavam tomando posições mais realistas quanto à necessidade de uma configuração política que fosse mais além da econômica, tarefa essa que pode se tornar indispensável com a entrada de novos atores de peso na cena mundial. A rapidez com que a nova moeda (euro) foi aceita (com exceção da Grã-Bretanha) permitiu aos líderes da Comunidade Européia acalentarem um projeto político mais ambicioso.

O euro propiciou o controle efetivo do suprimento de moeda nas mãos dos bancos centrais europeus, com efeitos benéficos para o acompanhamento e a homogeneização da macro-economia continental. Isso reforçou a idéia de que seria possível ter uma moeda européia sem um Estado europeu e introduziu ações positivas em toda a economia do Continente. Os benefícios sociais, ainda que modestos, foram também positivos, pois facilitaram a mobilidade da população e o acesso ao emprego. Portanto, desde que a maior parte da Europa aceitou o euro com relativa facilidade, pareceu aos políticos que isso deveria ser seguido por um documento estruturante – uma Constituição. Tudo leva a crer que as vantagens auferidas pelo euro à dinâmica da integração econômica provocaram a aceleração do processo político e alguns aspectos importantes, como a questão das nacionalidades, além de outros de cunho social, não foram suficientemente considerados. Vê-se, também, que não foi adequadamente avaliado o fato de que o próprio euro ainda não havia sido bem assimilado por alguns países – particularmente os mais novos na associação – e pela própria Grã-Bretanha. Do momento em que a possibilidade de uma Constituição foi concretizada em 1992, quando a Comunidade Econômica tornou-se União Européia, até ao referendo na França, em 2005, as condições econômicas positivas criadas pelo euro já não eram as mesmas. Em outras palavras, a idéia nasceu em tempos relativamente prósperos e o referendo se realizou em tempos mais árduos, em especial para as

populações urbanas, que começavam a sentir um certo descontrole com a perda de postos de trabalho, e as populações rurais com a iminência da perda de subsídios agrícolas que as sustentavam. Nesse quadro, o euro atuou como indutor e acelerador do processo liberalizante e de globalização da Economia no espaço europeu, revelando-se aí o grande dilema do sistema político: alguns caminhos, bem aceitos quando a Economia está saudável, tornam-se intoleráveis quando ela não vai bem.

Ironicamente, o texto da Constituição tem um viés nitidamente liberal. A palavra “*banco*”, por exemplo, aparece 176 vezes, “*concorrência*”, 174 vezes e, “*mercado*”, 78 vezes, enquanto “*programa social*”, somente três vezes. A expressão “*serviço público*” aparece somente uma vez, para tratar das ajudas na coordenação dos transportes (Art. III – 238). O projeto prefere usar a expressão “*serviços econômicos de interesse geral*”, que podem ser públicos ou privados (Art. II – 96) e, coroando o exagero liberal, os Estados ficam com o encargo de evitar que o mercado seja afetado em caso de guerra! (Art. III – 131).

Não parece, todavia, que a questão central seja somente econômica. Na França, o maior obstáculo para uma Constituição européia é de natureza política e social – o brio nacionalista francês resiste em abrir mão da sua soberania. Esse sentimento sempre esteve presente em todos os momentos da História da França, mas, especialmente neste caso, ele foi ativado quando as ambições políticas da nova proposta interagiram com os tempos difíceis na Economia. Este é duplamente o caso, quando a população acredita que a solução dos seus próprios problemas está em suas mãos e os votos de aprovação no referendo significariam não ter o controle das ações ou das políticas no novo sistema. O francês comum ainda tem bastante consciência de que o seu país cresceu e mudou sob a direção e o planejamento do Estado (*dirigisme, étatisme*) e demonstra dificuldade em aceitar os novos valores liberais de mercado.

A outra possibilidade do insucesso da nova Constituição na França é a sua incompreensível complexidade para um cidadão comum. São 224 páginas entrelaçadas de idas e vindas, numa teia burocrática extenuante que distancia os cidadãos europeus de uma autoridade que não está nítida. O projeto completo pode chegar a mais ou menos 500 páginas se contarmos todos os protocolos que

são anexos e que só estão disponíveis no *site* [www.constitution-europeenne.fr](http://www.constitution-europeenne.fr). A União Européia seria governada por uma burocracia cujos caminhos não podem ser bem entendidos por todos os cidadãos. O sistema coletivo de defesa é outra questão que está enredada no texto, de tal forma que o cidadão comum também não entende. De um modo geral, os trechos relativos à defesa não são muito específicos e dizem que a capacidade operacional militar se apóia nos meios militares e civis dos países-membros, sem esclarecer que meios são esses. No Artigo I – 41 há o compromisso de assegurar a manutenção da paz, a prevenção de conflitos e o reforço à segurança internacional dentro de um quadro semelhante ao das Nações Unidas. Ele estabelece que as forças militares só seriam constituídas depois de deliberação unânime do Conselho europeu e seriam formadas pelos países que quisessem delas participar, mas não se refere a uma força multinacional permanente para prover, em tempo real, a defesa coletiva, nem a qualquer sistema de coordenação de informações e de operações militares comuns de defesa, embora defina que cada país seja responsável pela própria defesa, como, de resto, já o é. Estabelece, todavia, que os demais integrantes da União deverão dedicar todos os esforços para ajudar aquele que for agredido, sem afetar as características de sua própria defesa, mas não faz referência a uma possível agressão mútua entre países da própria União, fato que não parece impossível, considerando que se trata da união de países que viveram lutas violentas no passado recente. Sobre põe os compromissos militares com a OTAN, dos países que dele são signatários, aos da defesa coletiva da União e estabelece que os engajamentos militares de defesa serão feitos de forma semelhante àqueles estatuídos por esse Tratado. De fato, o documento prevê o estabelecimento de uma estrutura militar permanente de defesa (Art. III – 312), mas a vontade de participação dos Estados-membros nessa estrutura, passados três meses de sua manifestação, será julgada pelo Conselho Europeu, por intermédio do Ministro de Negócios Estrangeiros. Dessa forma, não há a obrigação dos países da União de participarem da estrutura permanente de defesa. Os demais aspectos relativos à defesa tratados na Constituição dizem respeito a procedimentos burocráticos, normas de controle, deliberação, critérios para a determinação da maioria no Conselho Europeu, ao poder de veto



dos Estados e à necessidade de unanimidade para o emprego de força militar fora do Continente. Com relação a esse último aspecto, os procedimentos se assemelham muito aos das Nações Unidas.

É possível identificar certa indiferença das pessoas para com os problemas de defesa quando outras questões sociais são mais tensas. Na Europa de hoje, a existência da OTAN com o poderoso “*guarda-chuva*” militar dos Estados- Unidos, o fim da contenda leste-oeste e as relações pacíficas de clássicos adversários do Continente, França e Alemanha, é de se esperar que as questões de defesa sejam atenuadas. No entanto, congelar, num documento que se diz estruturante da União, um *status quo* anacrônico é outra questão, ainda mais quando se observa que uma das locomotivas européias, a França, sempre manteve uma distante indiferença em relação à OTAN. Mesmo sendo um dos países fundadores do Tratado, a França nunca foi membro do Comando Militar Integrado e condicionava o emprego de suas Forças Armadas na defesa continental às condições de segurança do território francês, nunca permitindo que tropas estrangeiras ficassem estacionadas no país.

Esse Tratado de ajuda militar mútua nasceu em 4 de abril de 1949, quando França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Dinamarca, Portugal, Islândia, Itália e Noruega, da Europa, e mais Canadá e Estados Unidos da América do Norte assinaram o protocolo de cooperação, em Washington. O consenso da Organização estava cristalizado no Artigo 5º do protocolo de criação: “*um ataque contra um ou mais países-membros, na Europa ou na América do Norte, será considerado um ataque a todos eles*”. Mais tarde, outros países foram se integrando ao Tratado, tais como a Grécia (ingressou em 1952, saiu em 1974 e reingressou em 1979), a Espanha (1982), a Turquia (1952) e a Alemanha (1955). Mais recentemente, após a desarticulação da antiga União Soviética, os países do Leste europeu, Lituânia, Estônia, República Tcheca, România, Bulgária, Letônia, Eslováquia e Eslovênia, depois de um longo período de negociações, foram integrados como novos parceiros entre 2004 e 2005.

Ainda que esse sistema de defesa tenha trazido substanciais contribuições ao processo de recuperação econômica, pelo fato de criar um ambiente seguro para a Europa e para todo o mundo ocidental durante a “*guerra fria*”, hoje ele mantém dentro do Continente o Canadá e os Estados- Unidos, cujas presenças se justificavam pela

geopolítica da “*guerra fria*”. Supondo que uma quantidade de países tenha resolvido se associar com a intenção de contrabalançar o poder norte-americano, não faz sentido uma submissão nas questões de defesa. Há uma clara indefinição de ameaça militar à Europa. A defecção do Pacto de Varsóvia<sup>11</sup> levou os estrategistas europeus a uma espécie de ataraxia em relação às concepções clássicas de defesa militar. Atualmente, tudo leva a crer que a agenda de defesa militar foi trocada por uma agenda política. Dessa forma, os objetivos geopolíticos norte-americanos se vêm mantendo desde 1947, quando começaram a costurar sua hegemonia militar, mantendo-se na Europa por meio da OTAN, e em todo o Continente americano, com a criação, no mesmo ano, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o TIAR, cujos princípios são semelhantes, por considerar que a agressão externa a qualquer um dos países signatários é considerada uma agressão a todos eles.

A invasão do Iraque criou uma crise da qual a OTAN ainda luta para se recuperar. O confronto das políticas anglo-americana e franco-germânica paralisou uma instituição que requer consenso nas suas decisões.

Aliás, essa crise desvendou um fato curioso, se não ambíguo, para a existência do Tratado, os países da Europa Central (Leste menos a Rússia) se alinharam com Washington, o que parece ter facilitado a aceitação como membros efetivos da organização militar. Esses países, ao saírem da órbita de Moscou, ainda não se sentiam seguros ao lado da Alemanha. Entendiam que a sua segurança dependia da França, por ser tradicional contraposição da Alemanha, ou da Inglaterra que, juntamente com a OTAN, seria capaz de fazer frente à Rússia. A crise do Iraque definiu esta preferência na atual balança de poder europeu.

Enquanto a Rússia, porém, não se recuperar econômica e militarmente e voltar a lutar pelos seus interesses nacionais, não haverá grandes ameaças à segurança da Europa Central. Os países dessa região parecem voltados para a realização de dois objetivos cruciais,

---

<sup>11</sup> *Tratado semelhante ao da OTAN que englobava os países do leste europeu que estavam na órbita da União Soviética e formavam o cinturão de defesa da Rússia. Foi fundado em 14 de maio de 1955 em resposta à entrada da Alemanha Ocidental na OTAN.*

ou seja, fazer parte de um bloco extremamente próspero e de sucesso econômico e participar da criação de um Estado Europeu transnacional que possa conter permanentemente o nacionalismo expansionista alemão<sup>12</sup>, ao mesmo tempo em que buscam um afastamento da Rússia. Nesse contexto, a OTAN se insere no jogo de interesses geopolíticos porque conta com os Estados Unidos como um mediador de valor para o equilíbrio de poder na região.

Todavia, o papel norte-americano de superpotência militar, com poderes de intervenção unilateral ao redor do mundo, parece estar dependendo inevitavelmente de alianças confiáveis. A invasão do Iraque exigiu que os Estados Unidos dispusessem Golfo Pérsico cerca de 75% de seus aviões táticos em serviço, 42% de seus tanques pesados modernos, 46% de seus porta-aviões, 37% dos efetivos do Exército e 46% dos de Fuzileiros Navais. Tal grandeza de meios militares se fez necessário exatamente porque os seus aliados europeus de maior expressão mostraram um certo constrangimento político em apoiá-los com meios militares, numa empreitada que as Nações Unidas relutavam em dar aval. Portanto a OTAN ainda não entrou em colapso porque os aliados europeus são indispensáveis aos Estados Unidos no exercício de “*polícia do mundo*”, mas se mostra ineficiente para exercer a função precípua de defesa continental.

E, de qualquer forma, essa é uma questão mal resolvida na Constituição e ainda não resolvida pelos Estados-membros da União Européia. Por outro lado, o documento é mais restritivo do que a OTAN, em matéria de intervenção armada fora do Continente e adota um *modus operandi* semelhante ao da ONU, relativo às forças militares multinacionais de *peace keeping* e *peace enforcement*.

#### **4. Outras Questões que Afetam a Segurança**

A União Européia continua sendo o centro de gravidade da Europa, dominando um espaço econômico dos mais sofisticados e modernos do mundo. Essa condição perde substância, quando envolve assimilar na entidade política uma instituição militar que atende a propósitos do passado.

---

<sup>12</sup> Para entender melhor as razões históricas do temor desses países para com a Alemanha ver “Os Alemães”, de Norbert Elias.

A estrutura da OTAN foi toda construída em cima de um inimigo visível, real, com fronteiras definidas, tornando fácil dispor divisões militares, tanques e aviões num espaço geográfico específico. Hoje, o adversário não está definido, talvez seja preciso criá-lo, unificá-lo, atribuir-lhe uma coerência que naturalmente ele não tem. As ameaças à segurança européia são mais hostis, dispersas, instáveis e impenetráveis do que nunca. Os pontos de origem dessas novas ameaças são mais numerosos e dispersos em áreas geográficas remotas.

As sociedades européias se deparam atualmente com uma ameaça que vive na casa ao lado, com os mesmos direitos de cidadania, disputando as mesmas oportunidades e camuflada pela mesma complexidade de uma estrutura burocrática, que cada vez tem mais dificuldade de prover segurança aos cidadãos, sem restringir-lhes os direitos individuais. Outros acontecimentos no mundo parecem cindir ainda mais as diversas religiões e as culturas que convivem no espaço europeu, alimentando um crescente sentimento de repulsa a quem é de fora, incentivando o surgimento de radicalismos raciais que pareciam já terem sido superados.

As grandes ameaças à segurança do continente no passado foram as guerras européias, mas hoje a ameaça que está sendo percebida com maior nitidez é a imigração. Particularmente aquela proveniente de outros países fora da Comunidade Européia, que surge como tensão em dois âmbitos: no econômico, aumentando a competição por trabalho; e no social, exacerbando a diversidade cultural e religiosa. Na sociedade capitalista, a abundância de mão-de-obra disponível é uma condição desejável, uma vez que o estado de pleno emprego, ou de quase pleno emprego, como vinha acontecendo em muitos países europeus, encarece a mão-de-obra. As imprevisíveis pulsações da economia mundial, todavia, criam uma persistente taxa de desemprego e a chegada de contingentes enormes de imigrantes inflaciona o mercado de trabalho e produz crise social.

Quando a imigração supria as faixas mais desqualificadas de trabalho, o problema não era muito visível, mas enquanto só a Índia coloca anualmente no mercado mundial de trabalho uma população enorme de profissionais de alta qualidade, isso mexe com a vida das pessoas, o nacionalismo xenóforo aflora com intensidade e os radicalismos raciais e religiosos assumem feições mais hostis e ameaçadoras.

É importante que se considere também que a geração de europeus na faixa dos 50 e 60 anos – os *boomers*, como são chamados<sup>13</sup> – nascida no final dos anos 40 até 1960, que hoje poderiam estar no topo da escala social, foi uma geração perdida com relação às oportunidades de ascensão social e é altamente frustrada, pois, no auge de suas vidas economicamente ativas, a Europa estava passando por um longo período de austeridade econômica do pós-guerra, o que os manteve marginalmente no limitado mercado de trabalho. As pessoas que não conseguem um emprego satisfatório entre os vinte e os quarenta anos têm suas vidas perdidas e as frustrações deslocam-nas na estrutura social, tornando-as descrentes da capacidade do Estado em ampará-las.

O *timing* da vida humana não se concatena com o *timing* das teorias econômicas. Esta situação criou competição entre duas gerações, em que a posterior assume posições relevantes no mercado de trabalho, empurrando a anterior para uma aposentadoria precoce, com sérias conseqüências na seguridade social. A introdução do imigrante no meio dessa disputa passou a ser identificada como a catálise do problema e, impulsionado por um re florido sentimento de nacionalismo, o ingresso de imigrantes é visto como um fato perturbador no mercado de trabalho.

O nacionalismo é uma expressão de identidade e com ela de dignidade e de amor-próprio que já estavam abalados, e quando o espaço de cada um fica menor no próprio país também o “*eu*” de cada um fica menor. Agregue-se a isso os resquícios colonialistas que ainda parecem estampados na cultura dos países nucleares da Europa. A França fica muito feliz em ir à Argélia e gritar “*França*”, mas o seu povo fica muito menos feliz quando um argelino chega em Paris e grita “*Argélia*”. O fato é que a população da França e de outros países da Europa está mudando com a diversidade racial e cultural, com resultados inevitáveis para muitos franceses (digo França apenas como referência!) que não querem que seu país mude<sup>14</sup>. A Europa, ex-metrópole, não se sente muito à

---

<sup>13</sup> Para maiores informações sobre os problemas dessa geração ver Schirmacher, Frank – *A Revolução dos Idosos*.

<sup>14</sup> Para saber mais sobre as transformações culturais na Europa ver Huntington, Samuel P. – *O Choque de Civilizações*.

vontade com a diversidade étnica. “A mãe-pátria não contemplou uma fusão do velho com o novo, embora isso pudesse acontecer e de fato, acontecesse, como nas colônias espanholas e portuguesas do Novo e do Velho Mundo”<sup>15</sup>. Para o europeu médio fica a sensação de que ele está perdendo o controle do país para os imigrantes.

Complicando mais esse quadro, a Constituição institucionaliza essa perda de controle quando assegura o direito, ao imigrante em um determinado país, de circular pelos demais membros da União. Isso pode fazer sentido para os economistas que vêem o mercado como o grande trunfo para o sucesso da economia, mas soa aos franceses como uma perda de controle, uma diluição da soberania. E o medo maior vem da possibilidade do ingresso da Turquia na União, o que produziria uma avalanche de imigrantes muçulmanos, agregando ao componente econômico e social os complicados componentes religiosos e culturais.

Nesse quadro surge a questão da soberania que alguns países, e entre eles a França, resistem em abrir mão, dificultando a aprovação da Carta, não só em questões de defesa, mas, principalmente, nas políticas sociais. É nessas políticas que o novo sistema constitucional proposto toca num sentimento caro e que foi construído com muita luta e sangue pela maioria dos países do Continente – o sentimento de nacionalidade. Este está incrustado nas menores comunidades de todo o espaço da Comunidade, as quais fortaleceram os seus laços de solidariedade no meio de lutas sociais importantes, de onde surgiram os benefícios que hoje desfrutam e que se vêem ameaçados por uma entidade que seria dirigida por uma autoridade burocrática difusa, com pouca possibilidade de imputação de responsabilidades.

O povo francês, certamente, se tem perguntado se o seu governo deseja transferir maiores elementos de soberania para um Estado sobre o qual a França não tem controle. O francês não vê sua identidade como sendo comum ao resto da Europa e, certamente, o resto da Europa não tem identidade comum com a França. Ainda que seja um assunto bastante subjetivo para a população em geral, esse pode ter sido um dos motivos pelo qual a Constituição não passou no referendo francês.

---

<sup>15</sup> Landes, David S. – *Riqueza e a Pobreza das Nações*, pág. 477.

## **5. Conclusão**

A União Européia foi fundada em princípios de conveniência econômica. Tenta, agora, incorporar componentes políticos e sociais, o que se está revelando inconveniente para alguns países, pois toca em temas caros aos sentimentos de nacionalidade e de soberania. Talvez a aceleração do processo de integração política tenha criado frustrações que levaram à não aprovação da Carta Maior. A integração econômica que implicava mais questões técnicas e burocráticas do que propriamente políticas. Não afetava diretamente questões sensíveis ao povo, pelo contrário, introduzia práticas salutares nas trocas comerciais, e mesmo assim, levou cinquenta anos para se consolidar.

Não é de se esperar que uma Constituição apressada, aparentemente dissociada do processo de integração anterior, que peca mais por omissão do que por inclusão, seja aprovada em tão pouco tempo. Muitas coisas que estão cristalizadas na Carta ainda não haviam conquistado totalmente a confiança da população, até porque as adesões, a cada resolução adotada, eram gradativas, como foi o caso da circulação de imigrantes entre os países, cujas conseqüências ainda não estão totalmente avaliadas, e a questão da segurança coletiva incorporando o anacrônico Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ao sistema de defesa.

Também há que se considerar que uma Constituição aprovada neste momento poderia complicar as pretensões dos países da Europa Central em ingressar na UE em virtude do desalinhamento de suas economias em relação às dos demais países, e eles são peças de um novo jogo geopolítico, ainda sem definição.

Por enquanto, os países dessa região não estão convencidos de que a Rússia, como poder regional dominante, tenha realmente sossegado em suas pretensões geopolíticas frustradas com o ocaso do império soviético. De fato, não se espera um súbito ressurgimento do domínio russo no curto prazo, mas ninguém está suficientemente convencido de que, a qualquer momento, uma mudança política em Moscou não possa criar realidades geopolíticas diferentes. Aliás, isso parecer ser também o temor dos Estados Unidos, expresso em declarações de várias autoridades norte-americanas, e pode ser o motivo da sua posição quanto à manutenção da OTAN.

Ao mesmo tempo, a população da Europa Central, por questões enraizadas desde muito tempo na história das suas relações

internacionais, não tem razões para confiar na Alemanha, que surge, reunificada após a queda do muro de Berlim, como um poder dominante na Europa.

Numa visão mais abrangente, a Geoestratégia vencedora até o momento é a dos Estados Unidos da América do Norte. Eles continuam mantendo presença no Continente, sob a alegação de que a Rússia ainda não completou seu processo de acomodação e reivindicam para si a tarefa de proteger os países que saíram da órbita de Moscou, que uma Europa sem unidade política não pode cumprir.

A indiferença da França quanto aos fatos subsequentes à invasão do Iraque, certamente em decorrência dos seus problemas internos, e os acontecimentos na Alemanha, onde a frustração da social-democracia produziu mudanças políticas internas significativas, repentinamente podem ter mudado a avaliação de que a Europa era um problema crítico para os Estados Unidos, resumindo-se na idéia de que apenas a França e a Alemanha é que são críticas.

Os Estados Unidos não devem desejar uma Europa com políticas de defesa e de relações exteriores integradas. Com esse poder, a Europa se tornaria perturbadora da proeminência global dos Estados Unidos. Geopoliticamente, é difícil vislumbrar dois poderes continentais, com interesses semelhantes, capazes de se manterem em equilíbrio por muito tempo. Enquanto a Europa estiver voltada para os seus problemas de unificação política e, por causa disso, permanecer fragmentada, poderá ser manipulada pelos Estados Unidos para atender os interesses norte-americanos.

A Europa unitária e operando como uma entidade transnacional poderá demorar ainda a existir, ainda que esse conceito seja crível. A França e a Alemanha somente poderão conter os Estados Unidos se forem de fato as líderes de uma Europa una. Isoladamente, cada uma dessas nações não passa de um poder secundário no cenário internacional. Talvez por isso os políticos alemães e franceses tenham tentado acelerar o processo de unificação política.

A entrada da China em cena, como um contrapeso respeitável aos Estados Unidos, também angustia os políticos europeus. O processo de reequilíbrio de poder mundial está ainda em gestação e o espaço que é desejado pela Europa no panorama global ainda está sendo definido.

*O autor é Brigadeiro-do-Ar RI com Pós-Graduação em Política, Estratégia e Geopolítica e membro da Sociedade Brasileira de Estudo de Defesas.*



# Os Militares e a Nova Ordem Mundial

*Lauro Ney Menezes*

A recente deflagração da “*guerra do século*” desencadeou alterações na “*rationale*” que geria as doutrinas e estratégias militares, em todo o mundo civilizado. E o Brasil não ficou imune a tais mudanças.

O surgimento de um novo tipo de inimigo (terrorismo) criou uma crise nas sociedades de todo o mundo, que induziu à formulação de questões do tipo:

– **para quê** existem as Forças Armadas, se as questões são “*policiais*”?

– **quanto custa** (e vale a pena) manter as Forças Armadas?

– **o quê** os países recebem de volta pelo dispêndio que fazem com as Forças Armadas?

O pressuposto central desse pensamento é que, eliminada a Guerra Fria e em face do terrorismo internacional, seria possível reduzir os orçamentos militares **em geral**. Como consequência, os corolários dessa tese seriam:

– os arsenais militares do Terceiro Mundo (somente) deveriam ser “*congelados*” no ponto em que estão, e auditados através de uma inspeção e decisão do Conselho de Segurança da ONU;

– o Conselho de Segurança da ONU proibiria o desenvolvimento, a fabricação e/ou aquisição de armas nucleares, químicas ou biológicas, assim como artefatos balísticos, por parte das Nações que ainda não as possuem (leia-se Terceiro Mundo);

– os países que violassem as resoluções da ONU ficariam submetidos a sanções importantes por parte da comunidade internacional, não só de caráter econômico como (e principalmente) militar;

– caso as sanções não alterassem o comportamento dos “*transgressores*”, uma Força Militar da ONU receberia mandato para eliminar a capacidade produtiva e quaisquer estoques de artefatos militares que tivessem sido produzidos e/ou adquiridos por esses “*infratores*”.

Em contrapartida à sua desmilitarização, os países do Terceiro Mundo receberiam garantias da ONU para a **preservação** de suas fronteiras, seja através de ações econômicas ou militares,

impostas por decisões políticas desse organismo internacional ou pela utilização de Forças Multinacionais, contra um “*inimigo*” que viesse a existir e que viesse a colocar em risco o país “*garantido*”.

Em assim sendo, novas atribuições vêm de ser atribuídas ao Clube dos Ricos (G7), e que pretende dar às Forças Armadas do Terceiro Mundo uma atuação de caráter “*policial*”, com ênfase no combate ao narcotráfico e ao terrorismo. Inserido nesse conceito, estaria o chamado nível “*ótimo*” para despesas militares: no máximo 2% do PNB de cada país do grupo “*assistido*”.

Esse nível fixado não afetaria o Brasil, já que nosso (ridículo) dispêndio militar está abaixo de 0,7% do PNB. Entretanto o que mais nos afeta é a proibição de prosseguir nas pesquisas científicas (incluindo nucleares e missilísticas-balísticas).

Existem, portanto, duas alternativas para a estratégia futura das Forças Armadas sul-americanas no cenário mundial atual (nisto incluído o Brasil):

– aceitar o papel que lhes é atribuído e se transformarem em “*superpolícia antidrogas e antiterror*”;

– rejeitar essa opção e continuar no desenvolvimento de pesquisas que lhes dêem um potencial para adquirir capacidade profissional (inclusive nuclear e missilística), incorrendo no risco de sofrer as possíveis sanções da ONU.

Essa tem sido a tônica adotada no discurso feito pelas autoridades que nos têm visitado recentemente. Os militares brasileiros execraram e rejeitaram, fortemente, essa tese. Entretanto o Governo brasileiro ainda não manifestou, em termos práticos, sua vontade política quanto ao assunto; só o fez, indiretamente, reduzindo drasticamente os orçamentos militares, eliminando possíveis dúvidas quanto à sua postura a respeito do tema.

Cabe notar que a posição dos *Grandes* não mudou com o tempo e, até evoluiu. E, sempre que possível, volta ao cenário, pois encontra guarida nas teses de “*atuação militar de legalidade*”, apoiada pela comunidade internacional através do Conselho de Segurança da ONU. É a tese da “*invasão consentida*”, ou seja, com o consentimento e a conivência de qualquer Nação, a ONU, (com Forças Aliadas sob seu comando), agirá militarmente em qualquer parte do mundo que lhe convenha.

Em aceitando a tese (o que parece cada vez mais inevitável), o questionamento do “*porquê de as Forças Armadas Nacionais*” tem voltado, com o máximo de peso, à mesa das discussões de todos os Parlamentos e Estados-Maiores. E, das próprias sociedades...

No Brasil, mercê do sucateamento e empobrecimento das Forças Armadas, o próprio Governo – em busca de justificativas (?) – oferece “*capacidade de atuação no campo social*”, em troca de apoio político-financeiro. Embora não possa ser tão condenável, não deixa de ser deturpação da destinação constitucional das Forças Armadas, para a qual elas não estão (nem foram) treinadas, estruturadas e equipadas. E, muito menos, desejosas de executar...

Nesse panorama de “*superfluides*”, seria conveniente um alerta: atenção à tradicional tendência brasileira ao rápido estabelecimento de “*novas doutrinas, critérios e reorganização para as Forças Armadas*”, com base em uma “*nova (?) ordem militar mundial*”.

Essa “*nova ordem*” não conseguiu, até hoje, se sustentar em suas próprias pernas! Quanto mais, pôr a cabeça para funcionar!

*O autor é Major-Brigadeiro-do-Ar Reformado da Aeronáutica  
e Presidente da Associação Brasileira de Pilotos de Caça.*

# A China e o Brasil no Século XXI: A Ordem Multipolar

*Severino Cabral*

Faz pouco um relatório da Goldman & Sachs de Londres despertou a atenção de analistas de todo mundo, ao prever para o ano de 2050 a emergência do BRIC. Na antecipação dos autores do relatório, por volta da metade do século XXI a estrutura do sistema mundial de poder estará apoiada na economia dos países cujas iniciais formam o acróstico: Brasil, Rússia, Índia e China. Esses países, mais os Estados Unidos e o Japão, se situariam no topo do sistema mundial de poder. Curiosamente, a União Européia ficou de fora desta relação. O que significa que em Londres não se deseja muito ou não se visualiza bem a península ocidental da Eurásia como megapoder estatal.

De qualquer modo, o curioso relatório serviu para atrair a atenção para a existência de macrotendências do sistema mundial, inaugurado com o fim da Guerra Fria, que são pouco debatidas pela imprensa e o público em geral.

A primeira tendência que se anuncia é a de que só os grandes países do mundo de hoje dotados de considerável espaço territorial, população e força econômica autônoma podem aspirar constituir um pólo de poder mundial. Nesse sentido, a unidade e a integração européia servem de balizamento para o caminho das unidades políticas ativas do mundo contemporâneo: o seu êxito ou fracasso determinará a futura existência da Europa como centro mundial de poder. Como também é observável que os principais obstáculos no caminho dos BRIC para o topo da ordem mundial relacionam-se à capacidade cada um deles tem de manter, ampliar e, até mesmo, recuperar espaço, população e base econômica. Em suma, a característica principal do processo em curso, a “*contrario sensu*” da fragmentação da “*primeira onda globalizante*”, é a da constituição dos megaestados, que serão amanhã os sustentáculos da mundialização.

A segunda e decorrente tendência é a de que o ambiente internacional deverá ser profundamente alterado em relação ao que era ao final da Guerra Fria, sobretudo o sistema que sucedeu a bipolaridade, e que se denominou Nova Ordem Mundial. Acontecimentos como as

duas guerras do Golfo e o incidente do 11 de setembro são sintomas da profunda e dramática instabilidade da ordem internacional gerada pela política de força de uma única potência. A superação desse estado de coisas será viabilizada pela emergência de uma nova ordem mundial mais democrática e mais legítima, baseada num novo equilíbrio de forças entre as nações. O advento de uma ordem multipolar será positivo para a criação de uma situação internacional menos tensa e mais direcionada para a elevação do nível de vida das populações do mundo em desenvolvimento.

A terceira tendência, cada vez mais visível no horizonte internacional, é o papel da China como um dos pilares do mundo multipolar em gestação. Desde que se constituiu como Estado unitário no século III antes da nossa era, o grande país do Oriente tem sido o centro político e civilizacional do sistema ágio-oriental. Essa condição não foi perdida, mesmo quando mongóis e manchus dominaram politicamente o Império Chinês. Foi, no entanto, fortemente ameaçada em sua existência como nação soberana e íntegra, depois da Guerra do Ópio e do encontro fatídico com o mundo eurocêntrico. Mundo em que as finanças e a indústria do Império Britânico se associaram à Ciência & Cultura do Ocidente moderno. Para a China, o crescimento acelerado, que, ao final do século XX, a colocou na primeira linha da economia mundial, representa a recuperação do terreno perdido, a habilitação plena para exercer um papel chave nos destinos e rumos do sistema mundial no novo século – que é também um novo milênio.

Como quarta tendência, é possível constatar a ressurgência das civilizações afetadas em seu destino histórico pelo mundo euro-ocidental e pela ciência e técnica moderna. O mundo que assistiu, no pós-Segunda Guerra, ao processo de industrialização e assimilação da técnica e da ciência, despertou importantes forças irradiantes e insurgentes com a descolonização da África, Ásia e do mundo árabe-muçulmano. Este último fenômeno, sinalizado pela ressurgência do Islamismo como protagonista da cena internacional, tem impressionado observadores de todo o mundo, a ponto de ser interpretado como o desafio maior do pós-Guerra Fria.

Mas, uma quinta e importante tendência pode também ser vista a influenciar de forma decisiva a configuração do mundo de amanhã. Trata-se da emergência do mundo latino, cujo protagonismo possível encontra no futuro megaestado brasileiro seu principal ator.

Embora a Europa meridional seja parte fundadora do mundo latino, o emergente bloco deverá reunir, sobretudo, o conjunto dos países da América Latina. O novo mundo latino-americano integrará uma grande área econômica capaz de impulsionar a criação de uma nova ordem mundial multipolar.

As cinco macrotendências desenham uma linha central que aproxima e faz convergir as estratégias de dois grandes países do mundo emergente. A China, tanto quanto o Brasil, depende, para consolidar o processo de industrialização e ampliar sua participação no sistema internacional, de uma ordem mundial estável, equilibrada, respeitadora das soberanias e da autonomia dos países emergentes, assim como de um ambiente interno favorável ao seu desenvolvimento. Assim, ambos os países devem unir-se numa pauta comum em defesa do desenvolvimento, enfrentando as resistências e inércias do “*status quo*”, representado pelos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão.

É nesse contexto que deve ser vista e avaliada a primeira visita à China, como Chefe de Estado brasileiro, do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, realizada de 22 a 27 de maio de 2004. Sendo a quarta visita de um presidente brasileiro ao grande país do Oriente, revestiu-se de particular importância.

Uma primeira e rápida avaliação já demonstra o fato de que a dimensão da comitiva presidencial representou a vontade e o empenho maior do presidente em aprofundar a cooperação político-diplomática, econômico-comercial, e técnico-científica com a China. Estavam presentes à comitiva: a maior parte do ministério do Governo, expressiva parcela da alta Administração Federal e algumas das principais lideranças políticas do Brasil, como os governadores de São Paulo e de Minas Gerais. Ela foi acompanhada pela Missão Empresarial Brasil-China, com cerca de 500 participantes, certamente a maior delegação de empresários jamais reunida em visitas do Chefe de Estado brasileiro.

Por sua vez, o Presidente Hu Jintao, representante da quarta geração de líderes forjados pela revolução que promoveu a criação da República Popular da China, em 1º de outubro de 1949, junto com o Chefe do Governo chinês, Wen Jiabao, receberam calorosamente o presidente brasileiro e sua comitiva. O encontro dos dirigentes máximos de Brasil e China propiciou uma ocasião única para avaliar

o relacionamento sino-brasileiro, numa conjuntura internacional marcada por desequilíbrios, ameaças, mas também aberta a iniciativas e oportunidades.

Dentre essas oportunidades encontra-se a da ampliação do comércio bilateral, que pode elevar-se, por seu potencial, a níveis bem mais altos do que os atuais sete bilhões de dólares. Acredita-se que em pouco tempo deverá ser duplicado e, mais adiante, chegar ao patamar de trocas de mais ou menos 20 bilhões de dólares, que é o que existe atualmente entre o Brasil e o Mercosul, o Brasil e os Estados Unidos e o Brasil e a União Européia. No momento em que se realizava a visita do presidente brasileiro à China, os dois maiores países do mundo em desenvolvimento apresentavam um ritmo de crescimento da balança comercial que anunciava sua elevação ao patamar de 8 bilhões de dólares em breve.

Mas não se restringe à pauta comercial a importância dessa visita, pois os dois Estados têm interesses comuns e convergentes no plano maior da viabilização do projeto nacional de ambos, pela sua própria constituição como megaestados, em suas respectivas áreas continentais: um no Extremo Ocidente; o outro no Extremo Oriente. Desse modo, poderão assegurar em grau máximo a cooperação bilateral, nos campos político, cultural, científico e técnico. E assim, como dois socles, sustentarem um verdadeiro campo de força capaz de estabilizar as pressões e garantir os interesses dos países em desenvolvimento em seu conjunto.

Essa cooperação deverá consagrar a idéia de que o relacionamento sino-brasileiro é uma instância decisiva para o diálogo entre as nações e entre as civilizações contemporâneas. Ambos partem do entendimento de que culturas e sociedades diversas devem alimentar-se de sua própria diferença, para enriquecer-se mutuamente e, assim, contribuir para a elevação do padrão civilizacional do mundo. De tal modo cresce no tempo a importância dessa parceria que se pode antecipar que ela se constituirá num dos eixos do concerto político-estratégico do século XXI.

*O autor é membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra e professor pesquisador da Universidade Cândido Mendes.*

# A Primeira Esquadrilha de Ligação e Observação

*Fernando de Almeida Vasconcellos*

Na década de 60, a Primeira Esquadrilha de Ligação e Observação (1ª. ELO) estava sediada no Campo dos Afonsos, no Hangar Sargento Menezes, situado entre o Cassino dos Oficiais da Escola de Aeronáutica e a Sala de Tráfego. Era subordinada ao CATER – Comando Aerotático Terrestre – grande Unidade encarregada de coordenar o apoio às Forças de Superfície. A esse Comando também estava subordinada a 3ª ELO, sediada em Canoas e equipada com os mesmos meios aéreos da 1ª ELO; já a 2ª ELO era sediada no Galeão, subordinada ao CATNAV (Comando Aerotático Naval) e equipada com aeronaves SNJ – uma versão do T-6, adaptada ao pouso em porta-aviões, que os pilotos tinham bastante dificuldade em taxiar sem dar cavalo-de-pau.

A 1ª ELO estava equipada com aeronaves L-19 e helicópteros H-13. O L-19 (O 1A *Bird Dog* na nomenclatura americana) era um monomotor metálico de asa alta, fabricado pela Fairchild e desenvolvido especificamente para cumprir a missão de ligação e observação. Transportava duas pessoas: o piloto no assento dianteiro e o observador aéreo no assento traseiro. O H-13 era um helicóptero fabricado pela Bell, cuja cabina de “*perxiglass*” transparente em forma de bolha permitia total visibilidade. Podia levar, além do piloto, mais duas pessoas no interior da cabine ou em duas macas instaladas nos esquis. (1)

A principal missão da 1ª. ELO era apoiar o Curso de Formação de Observadores Aéreos, ministrado na EsIE (Escola de Instrução Especializada) subordinada ao GUEs (Grupamento de Unidades Escola), grande Unidade sediada na Vila Militar. Os Observadores Aéreos executavam a regulagem de tiros de artilharia; faziam lançamento de fio a partir de carretéis suspensos nos cabides das asas da aeronave, a fim de permitir a comunicação no campo de batalha; comunicavam-se com a tropa pelo lançamento ou pelo recolhimento de mensagens contidas em um tubo cilíndrico (para o recolhimento, o pessoal de terra dependurava o tubo em um *varal* estendido entre



dois mastros e o Observador a recolhia com um gancho amarrado na ponta de uma corda); os cabides também permitiam o lançamento de fardos suspensos sob as asas, com ou sem pára-quadras; os Observadores utilizavam cartas com escalas adaptadas à sua missão e, baseados nelas, localizavam pontes, cruzamentos ou outros objetivos de interesse da sua Força; outra missão era a operação de pistas improvisadas, aproveitando as excepcionais características STOL (2) da aeronave. Era também proporcionada a manutenção do treinamento dos Observadores já formados, aí incluídos os que tinham participado de operações reais na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial.

Além da missão típica de Ligação – transporte de autoridades dentro do teatro de operações – os H-13 eram muitas vezes designados para executar missões humanitárias ou de salvamento de vidas humanas. No primeiro caso, participaram por ocasião de diversas enchentes que ocorreram nas cidades do Rio de Janeiro, Campos, Belmonte, Caraguatubá e Itajaí, levando o socorro ou retirando pessoas de localidades ilhadas. No segundo caso, na ocorrência de acidentes aéreos, eram embarcados em aeronaves C-82, C-119 ou C-130 (após a desmontagem das pás), juntamente com o PARA-SAR, e realizavam o resgate dos sobreviventes, após a localização da aeronave acidentada. Entre as missões especiais atribuídas à 1ª ELO esteve o apoio à CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear) na localização de possíveis jazidas de urânio. O Parque dos Afonsos instalou um cintilômetro no painel do observador e equipou o L-19 com um rádio-altímetro. O vôo era realizado a 50 pés de altura, acompanhando as variações do terreno, sobre áreas pré-selecionadas a partir de recobrimentos aerofotogramétricos realizados a altitudes maiores. Era utilizado o padrão de busca chamado de *pente* na Aviação de Busca e Salvamento. Em virtude da análise dos resultados obtidos, uma equipe de terra prosseguiria com a pesquisa. A missão foi inicialmente baseada em Paulo Afonso, tendo depois mudado para Caldas do Cipó, Esplanada e Salvador (3). Na época, era de tal forma deficiente o apoio prestado pela Base Aérea de Salvador que as tripulações pernoitavam na cidade e a aeronave operava no Aeroclube, então localizado na área onde hoje foi construído um grande shopping.

A 1ª ELO participou de uma missão real na região da Serra de Caparaó, próximo ao Pico da Bandeira. Havia a possibilidade da presença de guerrilheiros naquela região e forças do Exército e da Polícia

Militar foram designadas para localizá-los. Para apoiá-los, a Força Aérea concentrou meios no Aeródromo de Espera Feliz (MG). A participação da ELO não foi das mais brilhantes, tendo em vista que, em menos de uma semana de operação, tivemos três aeronaves “*abandadas*”, sem a menor participação do “*inimigo*”: Durante uma missão, na busca de sinais da presença dos guerrilheiros, uma aeronave penetrou em uma depressão e, ao tentar sair, o piloto verificou que *a razão de subida do morro era maior que a do avião*; houve perda total da aeronave, sem maiores danos para os tripulantes. Em uma missão de lançamento de fardos com suprimentos para as forças amigas que se deslocavam na área, um pára-quadras abriu-se em vôo, arrancando o cabide e fazendo a aeronave entrar em parafuso. A habilidade do piloto permitiu a recuperação da atitude anormal e o pouso sem maiores conseqüências. O terceiro acidente foi ocasionado por uma pedra da pista não pavimentada que cortou a tubulação hidráulica. Sem freios, o piloto foi forçado a comandar um cavalo-de-pau que danificou um pouco a asa.

Em 1965, a 1ª ELO participou da operação CATRAPO UNO. Um esquadrão da USAF, durante mais de um mês, ministrou, em Santa Cruz, táticas de Operações Aéreas Especiais para diversos esquadrões da FAB. Treinávamos navegação aérea noturna a baixa altura, em uma época em que não existia ainda o NVG (*Night Vision Goggle*). Através de navegação de precisão, o avião era conduzido até a uma área, sinalizada apenas por cinco lanternas, onde era feito o pouso ou o lançamento de fardos ou de pessoal. O L-19 recebeu também uma adaptação em seus cabides, de maneira a poder lançar foguetes fumígenos que marcariam alvos para serem tratados por aviões de caça ou de bombardeio. Com tal preparo, a Esquadrilha foi cogitada para participar da Guerra do Vietnã e da intervenção na República de São Domingos. No segundo caso, chegou a ser emitida a ordem preparatória, mas não a de movimento.

Outra missão em que foi explorada a excelente capacidade STOL do L-19 foi o apoio a um C-47 que havia pousado em pane na praia, no litoral norte de Salvador, na altura de Subaúma, então uma vila de pescadores. Uma equipe do Parque dos Afonsos foi deslocada para Salvador e o L-19 fazia a ligação entre a Base Aérea e o local onde a aeronave havia pousado, transportando material e pessoal. O C-47 foi empurrado para uma praça de Subaúma (até hoje chamada

Praça do Avião) e ali foi recolocado em condições de vôo. Terminados os trabalhos, foi novamente empurrado para a praia e dali decolou de volta a sua base.

Posteriormente, a 1ª ELO foi transferida para a Base Aérea de Santa Cruz e seus meios incorporados inicialmente ao 3º. EMRA (Esquadrão Misto de Reconhecimento e Ataque) e depois ao 3º/8º GAv. Não sei o que ainda existe do histórico dessa Unidade que, juntamente com o 1º GAv Ca, teve seu batismo de fogo nos céus da Itália. Daí minha intenção de, através do presente relato, recuperar algo do seu passado.

#### Notas Bibliográficas:

(1) Costumava transportar, também, nas proximidades do período natalino, Papai Noel, para confraternizações em organizações militares ou em outras comunidades, atendendo a solicitações de órgãos do poder municipal. Numa dessas missões, uma *barba branca* mal fixada chegou a criar uma densa neblina na cabina do helicóptero.

#### (2) *Short Take-off and Landing.*

(3) As péssimas condições de higiene em algumas das localidades de apoio, associadas à presença do azeite de dendê, ocasionavam freqüentes pousos de emergência para sanar panes fisiológicas.

*O autor é Tenente-Brigadeiro-do-Ar da Reserva da Força Aérea Brasileira.*

# O Legado dos Dirigíveis - Parte I

*Solange Galante*

Enquanto em 2006 comemora-se o Centenário do primeiro vôo do 14-bis, primeira aeronave mais-pesada-que-o-ar projetada, construída e pilotada por Alberto Santos-Dumont, poucos se lembram de outro grande legado do genial brasileiro.

Ao contrário dos irmãos Wright, considerados seus rivais na descoberta do avião, Santos-Dumont foi imbatível nos estudos dos aparelhos mais-leves-que-o-ar, especialmente os dirigíveis. Tendo despertado sua paixão ao ascender em um balão esférico em 1898, passeio que durou duas horas, o inventor mineiro desenvolveu mais de uma dúzia de balões dirigíveis dos mais diversos tipos, tamanhos, formatos e finalidades e demonstrou plenamente sua versatilidade não só contornando a Torre Eiffel, em Paris, em 1901, mas também utilizando esse tipo de aeronave em passeios comuns, como visitas a amigos e restaurantes, o que também popularizou esse meio de transporte.

Paralelamente, também na Europa, o Conde alemão Ferdinand Von Zeppelin também se dedicava às aeronaves mais-leves-que-o-ar. Mas Santos-Dumont e o Conde Zeppelin seguiram dois caminhos diferentes para desenvolver a mesma idéia. No caso dos projetos do alemão, os dirigíveis eram de estrutura rígida, isto é, o invólucro onde era colocado gás hidrogênio era composto de uma estrutura de duralumínio, coberta por tela, e com células de hidrogênio em seu interior, o que permitia a construção de dirigíveis imensos. No caso de Santos-Dumont, cujos dirigíveis eram menores, a estrutura era não-rígida. Essa diferença significa que, caso o invólucro de ambos os tipos fosse esvaziado, o de Santos-Dumont ficaria murcho e o de Zeppelin manteria seu formato graças ao esqueleto metálico.

Na paz e na guerra, balões e dirigíveis serviram para observações, bombardeios, patrulhamento costeiro, transporte de pequenos aviões (como o dirigível Akron da Marinha norte-americana) e transporte de passageiros com muito luxo e conforto. No entanto, o acidente com o dirigível alemão Hindenburg (1937) parecia determinar o fim da era do mais-leve-que-o-ar. Acrescenta-se a isso a evolução do avião, aeronave muito mais versátil e veloz, tanto para a guerra quanto para o transporte comercial.

## A Vitória dos Blimps

Mas a tragédia do Hindenburg parece ter sido sentida muito mais na Alemanha, berço dos Zeppelins, do que nos próprios Estados Unidos, onde aconteceu. Isso porque esse país já utilizava gás hélio para a ascensão de seus dirigíveis rígidos e não-rígidos, ao contrário do hidrogênio ainda usado pelos alemães. O alto poder inflamável do hidrogênio foi a causa principal do incêndio do Hindenburg. O hélio, gás mais raro – menos abundante na natureza – e mais pesado – ou seja, que desenvolve menos sustentação que o hidrogênio – era muito mais seguro, pois o hélio não é inflamável. Assim, dirigíveis, continuaram a ser utilizados normalmente nos Estados Unidos, únicos produtores do gás raro, embora não com a mesma ênfase no transporte comercial de passageiros, como queriam os alemães.

Uma das empresas que apostou cedo nos dirigíveis foi a norte-americana Goodyear, conhecida mundialmente como fabricante de pneus, mas que já foi fabricante de dirigíveis também. Fundada em 1898, a empresa iniciou suas atividades aeronáuticas já em 1910. Começou com a produção de tecidos emborrachados e pneus para aviões e para os chamados *blimps*, ou seja, os dirigíveis não-rígidos, em tudo semelhantes aos modelos utilizados e desenvolvidos por Santos-Dumont. A Goodyear logo se especializou em construir *blimps*, apesar de também ter construído para a Marinha norte-americana dois dirigíveis rígidos, o USS Akron e o USS Macon.

Há várias versões para o nome *blimp*, inclusive uma onomatopéica, referente ao som de uma pancadinha com o dedo no envelope inflado – e o primeiro a descobrir esse som teria sido o Tenente Cunningham, da Marinha britânica. Em outra versão, os dirigíveis eram classificados em várias classes, usando-se o nome “*limp*”, que significa: mole, flácido. As classes eram: *A-Limp*, os dirigíveis semi-rígidos, uma mistura entre as concepções de Santos-Dumont e Zeppelin; *B-Limp*, os não-rígidos, tipo Dumont, e *C-Limp*, os rígidos, tipo Zeppelins. Assim, teria surgido a palavra *BLimp*.

O primeiro dirigível da companhia foi construído em 1912. Em meados de 1916, a empresa comprou sua sede em uma base aérea, localizada no sudeste de Akron, Ohio, nos Estados Unidos, a mais antiga instalação de seu gênero no país. Em 1917, produzia dirigíveis e balões para as Forças Armadas dos EUA. Pouco tempo depois, em

1919, além de produzir dirigíveis, a Goodyear começou também a realizar seus próprios vôos.

Desde essa época, como grandes clientes da Goodyear, a Marinha e o Exército norte-americanos encomendavam dirigíveis para a realização de serviços auxiliares, como patrulhamento anti-submarino durante a Segunda Guerra Mundial, e estampavam o nome da arma (US Army, US Navy) no invólucro da aeronave. Até que, em 1962, as Forças Armadas norte-americanas desativaram os dirigíveis para fins militares.

Muito antes disso, a Goodyear começou a fixar sua marca voando comercialmente com dirigíveis. Em 1925, a empresa passou a se dedicar a vôos comerciais, sob licença oficial do Governo americano e se tornou, nos Estados Unidos, a primeira operadora comercial dos *blimps*. O primeiro dirigível civil da empresa foi o *Pilgrim* (“*Peregrino*”), que contava apenas com um motor. Seguiram-se a ele os dirigíveis *Puritan*, *Volunteer*, *Mayflower*, *Vigilant* e muitos outros. O primeiro a trazer painel luminoso foi o *Defender*, de 1930. De 1917 até 1996, quando a produção de blimps já se destinava apenas para ações institucionais da marca, a Goodyear construiu mais de 347 dirigíveis. As aeronaves serviam para seu uso próprio e para outros clientes, inclusive os militares, mas a maioria estava voltada, principalmente, às ações institucionais. Se os dirigíveis foram desaparecendo dos cenários de batalha e do transporte comercial de passageiros, eles se tornaram desde cedo grande sucesso institucional e de marketing.

Desde 1998 a Goodyear mantém um *blimp* – um de seus “*embaixadores aéreos*” – no Brasil, baseado em São Paulo. O primeiro foi o *Spirit of the Americas*, um A60, ou seja, com capacidade para 60 mil pés cúbicos de hélio. Ele mede 39,6m de comprimento, transporta quatro passageiros e tem autonomia de 16 horas de vôo. Em 2003, veio, em seu lugar, o *Ventura*, 30% maior e designado A150, devido à capacidade para 150 mil pés cúbicos, ou 4.248 m<sup>3</sup> de gás hélio. O *Ventura* pesa vazio 2.866kg e é capaz de transportar, instalado na sua lateral esquerda, um painel luminoso (*light sign*) de 8m x 16m, formado por 82.626 LEDs (*Light Emitting Diodes*) que reproduzem simultaneamente animações e mensagens escritas ou em vídeo em até 256 cores. Devido a um dirigível que a Goodyear possuía, o *Eagle*, no qual foi colocado um dos primeiros painéis do mesmo tipo,

quando estava sendo lançado o pneu *Eagle*, o painel foi apelidado de *Eagle Vision*, “visão de águia”.

Atualmente, embora não construa mais seus *blimps*, a Goodyear patrocina uma frota de três deles, servindo de instrumentos de relações públicas, divulgando sua marca e prestando serviços às comunidades. Além do *Ventura*, os outros são o *Spirit of America* – não confundir com aquele que esteve no Brasil – e o *Spirit of Goodyear*, ambos nos Estados Unidos.

## O Ventura

O *Ventura* já se tornou parte da paisagem da cidade de São Paulo e atração coadjuvante de eventos esportivos. O único dirigível operando em toda a América Latina é prateado, azul e amarelo, mede 50,29m de comprimento, 14,02m de largura e 16,76m de altura. Seu envelope, ou invólucro para gás, é feito de uma combinação de vários plásticos, como o poliéster, coberto por camada dupla de neoprene e por adesivo plástico com o nome da Goodyear. Ele acomoda cinco pessoas além do piloto. Ao nível do mar, ele pode transportar por volta de 400 a 500kg de carga útil e, em cidades mais altas como São Paulo, 200 a 350kg. Voando a uma altitude de cerca de três mil metros, chega a 80km/h e sua velocidade de cruzeiro é de 55km/h. Cada um dos dois motores Lycoming IO-360 desenvolve 180HP de potência e, graças ao passo reversível das hélices pentapás, o *Ventura* pode descer em espaços menores que os usados para dirigíveis comuns. Desde que está no Brasil, está matriculado como PR-ANA.

Em mais de 100 anos desde o início do desenvolvimento dos *blimps*, praticamente nada mudou em sua forma de operação. Um dos legados de Santos-Dumont foi a utilização do balonete (do francês “*balonet*”), um “*balão dentro do balão*”, desenvolvido por ele. Trata-se exatamente de um balão com ar, usado para compensar a alteração no volume do hélio, que ocorre em função da temperatura, mantendo, assim, a pressão interna do envelope. Quem voa no dirigível pode notar, à esquerda, uma janelinha no teto da gôndola, pela qual se pode ver o balonete inflando ou desinflando dentro do envelope. Teoricamente, o balonete pode encher de ar até ocupar 27% do total do volume do envelope, mas, na prática, nunca está nem totalmente cheio, nem totalmente vazio.

O balonete foi desenvolvido para evitar que quando o gás hidrogênio, utilizado nos primeiros dirigíveis de Santos-Dumont, se contraísse, o balão dirigível perdesse a pressão do invólucro e caísse pelo peso do centro de gravidade imposto pela nacele. Santos-Dumont chegou a ter problemas por isso e caiu algumas vezes por essa razão. A idéia é copiada dos peixes, que possuem a bexiga natatória, órgão que os auxilia a se movimentarem na água.

O *Ventura* foi construído pela *American Blimp Corporation* e pertence à maior operadora de aeronaves mais-leves-que-o-ar, em todo o mundo, a *The Lightship Group* (TLG), formada em 1995 como uma parceria entre a *Virgin Lightships* (do grupo britânico *Virgin*) e a *Lightship America*, operadora norte-americana afiliada da *American Blimp*. Em 2002, a *Virgin Lightships* tornou-se afiliada da *American Blimp*, que passou a ter controle integral da TLG, baseada em Orlando, Flórida. A empresa que representa a TLG no Brasil é a *Space Airships*, empresa brasileira de propaganda aérea com dirigíveis. Para operar no Brasil, a TLG abriu a *The Lightship Latin American* (LLA) composta por *Light TLG* e *Space Airships*. Em seis continentes, além da marca Goodyear, outras clientes da TLG também embarcam nos grandes *outdoors* mais-leves-que-o-ar: *Budweiser*, *Mastercard*, *Fuji*, *Mazda* etc. A Goodyear adquiriu o *Ventura* por *leasing*, com opção de compra depois de quatro anos.

*A autora é jornalista e o texto acima, que terá sua continuação na próxima edição, foi selecionado do e-magazine "Air on Line", de 6 de fevereiro de 2006, após sua autorização.*



# A Influência do Reduccionismo e do Fundamentalismo na Arte

*Araken Hypólito da Costa*

Ou estudo ou trabalho! Diante de tal exclamação de seus filhos, muitos pais se deparam com o que a Filosofia chama de dilema. Entende-se por dilema o silogismo em que a maior premissa é capaz de refutar o adversário em qualquer opção que faça. Neste exemplo simples, o pai deve apoiar-se na lógica para resolver a questão, procurando outra solução além das duas alternativas apresentadas. Ele, então, diria ao filho:

– *Você pode estudar e trabalhar ao mesmo tempo, pois as alternativas se podem conjugar sem ferir o curso lógico da vida.*

No mundo atual, encontramos um dilema de gravidade considerável: a oscilação entre o reduccionismo e o fundamentalismo religioso, cujas conseqüências afetam diretamente as Artes.

A constatação da presença universal do fenômeno religioso leva o pensador francês Henri Bergson a afirmar que “*se encontram no passado, e se encontram até hoje sociedades humanas que não possuem ciência, nem artes, nem filosofia. Mas nunca existiu sociedade sem religião*”. Considerando esse contexto, por volta de 1270, no decurso de uma controvérsia em que os defensores da *fé única* tinham levantado o problema de saber se a especulação teológica não se arriscaria a comprometer a simplicidade evangélica, Santo Tomás de Aquino (1225-1323) responderia: “*se resolvermos os problemas da fé pela via única da autoridade, possuiremos sem dúvida alguma verdade, mas numa mente vazia*”. Com efeito, Santo Tomás estabelece uma intrínseca relação entre as duas ordens, de tal modo que a Filosofia serve tanto melhor à Teologia quanto mais rigorosamente filosófica ela for, e a Teologia revela tanto melhor o caráter sobrenatural da fé quanto mais respeitar a luz natural da razão. Deste modo, o fundamentalismo religioso propicia situações conflituosas ao afastar-se da razão. Isto é observado em diversas regiões do planeta nas quais a fé é, por vezes, posta a serviço de interesses pessoais, raciais e nacionais.

A influência do fundamentalismo na Arte apresenta sinais característicos como, por exemplo, separar a sensibilidade artística

da razão, gerando o conceito de expressão artística. Isto equivale a dizer que o artista faz sair de si a pintura, assim como se extrai do limão o suco. Por compressão, ao se afirmar que o artista se exprime, se profere, confusamente se joga com várias hipóteses indistintas, possibilitando-nos afirmar que o artista, nessas condições, se torna um chafariz de emoções. É estranho, no entanto, supor o artista longe da razão, da tradição pictórica e da técnica para que possa eficazmente captar a beleza contida na realidade.

Quanto ao reducionismo, localizamos seu avanço a partir do início da Filosofia moderna com René Descartes (1569-1650). Nesse momento, a Filosofia afasta-se da questão do *Ser* para direcionar seus interesses à Ciência, à Política e aos demais assuntos de ordem prática. Surgem, daí, diversas correntes inter-relacionadas: racionalismo, empirismo, criticismo, idealismo, positivismo, existencialismo, pragmatismo, fenomenologia, humanismo ateu, estruturalismo. Essas vertentes filosóficas e antropológicas influenciaram e proporcionaram o desenvolvimento de diversos sistemas ideológicos, tais como: iluminismo, liberalismo, socialismo, comunismo, nazismo, totalitarismo. Todos eles representam etapas de desligamento da civilização de suas raízes sobrenaturais e, portanto, da transmutação da civilização cristã – na qual os valores espirituais e teológicos têm o primado – em civilização técnica, cujo primado pertence aos valores econômicos e pragmáticos.

A Arte foi consideravelmente afetada, pois esta abandonou o transcendente para se ligar ao imanente. A transformação da idéia de juízo de valor absoluto para a idéia de juízo relativo, desencadeou um gravíssimo *relativismo*, gerando um *vale-tudo* nas Artes. Conseqüentemente, a Arte assumiu um caráter social, ideológico, engajado, tentando atingir o público pela contestação, ação prática, agressividade e, até mesmo, pelo choque em relação ao grotesco.

O dilema da modernidade alterna-se entre ideologias que reduzem a vida a questões meramente político-econômicas e fundamentalismos, que limitam a existência à autoridade da fé. Para responder a este dilema, devemos partir da lucidez, uma das maiores virtudes do homem, pois permite, no caos, encontrar o equilíbrio na fé, na razão e na sensibilidade, para encontrar os fundamentos e valores capazes de dotar de sentido a existência.

Assim, colaborando substancialmente para a obtenção dessa resposta, a Arte, que desde a aurora da Humanidade produziu enormes

obras, todos os templos, todos os quadros, todos os poemas, todas as sinfonias, numa gigantesca atividade, plasmou bens espirituais e organizou o cenário humano. Portanto, a Arte não é um sonho, mas, sobretudo, o instrumento que constrói um ordenamento concreto na beleza, um mundo mais amistoso ao homem e contribui para guiar a instauração de um futuro melhor.

*O autor é Coronel-Aviador da Reserva da Força Aérea e Diretor Cultural do Clube de Aeronáutica.*

# Conceito de Soberania e Interesse Nacional

*Sergio Xavier Ferolla*

O colonialismo como política de dominação absoluta (*realpolitik*) perdurou no mundo “*periférico*” até ao último pós-guerra. Ele tanto foi responsável pelo progresso e enriquecimento dos grandes impérios como, em contrapartida, pelo atraso e miséria dos continentes onde exerceram um domínio predatório.

As lutas anticoloniais, que datam desde o começo do século XIX, não conduziram, na verdade, à emancipação econômica, científica e tecnológica das novas entidades nacionais, tendo o velho colonialismo sido substituído pela doutrina da “*interdependência*”, que compreende as relações externas e internas dos novos Estados.

Interdependência, no seu sentido exato, significa um padrão de relações e trocas entre povos e nações. Importa examinar esse padrão de trocas.

A História nos mostra que, no plano jurídico-político, a interdependência, no quadro da heterogeneidade de regiões e de Estados-nação, baseou-se no princípio da “*universalidade abstrata*”, cuja ideologia é o liberalismo. Consistiu, fundamentalmente, em contratos entre Estados profundamente desiguais em seu desenvolvimento sócio-econômico, poder político e militar, embora iguais em sua autonomia jurídica. No plano econômico, esse tipo de relação entre as potências hegemônicas e a periferia caracterizou-se pelo sistema simples de exportações/importações, configurando um processo de trocas desiguais.

No período da Guerra Fria, a interdependência adquiriu nova característica, passando de contratos entre entidades denominadas “*autônomas*”, porque juridicamente iguais entre si, para um pacto coletivo regional entre entidades ainda juridicamente iguais, porém limitadas em sua autonomia, pela dependência jurídica/política. As relações econômicas centro-periferia caracterizaram-se pela presença maciça de investimentos externos diretos (transnacionais) e indiretos (empréstimos), nas economias periféricas.

Com o desmoronamento do Império Soviético, estrutura-se uma “*nova ordem internacional*”, baseada ainda no princípio da

“*universalidade abstrata*”, porque trata de relações marcadas por uma divisão internacional do trabalho, que, embora não sendo clássica, mantém as desigualdades fundamentais e a autonomia limitada pela nova “*pax*” mundial.

O Brasil não foi exceção nesse pernicioso quadro, como nos mostra em seu precioso e didático livro “*500 Anos de Periferia*”, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, atual Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores (MRE), nesse período de governo 2002/2006. Com rara clareza, coragem e conhecimento, retrata, de forma precisa, a evolução do cenário internacional ao longo dos 500 anos da História do nosso País e os óbices sempre atuantes em detrimento do desenvolvimento nacional. (1)

Num breve repasse da trajetória histórica de nossa região, desde o período colonial, lembra o autor que, no século XVI, as diversas regiões da América Latina passaram a ser domínios das potências européias da época: Espanha e Portugal, que “*ao não acompanharem o ciclo da evolução capitalista*” que eclodia na Europa, “*passaram a sobreviver não pelas suas forças produtivas, mas principalmente pela espoliação colonial*”. Como consequência, e forçadas pelo irrealismo de suas políticas, viram-se obrigadas a assinar tratados perniciosos com a Inglaterra, como o de “*Methuen*”, enquanto impunham às colônias “*regime de monopólio comercial e de proibição de desenvolvimento industrial e cultural*”. Em decorrência, particularmente para o Brasil, ao conquistarem a independência, as ex-colônias “*rapidamente se colocaram sob a proteção inglesa, assumindo um status semicolonial, devido aos tratados celebrados*”.

Tal processo de dominação evoluiu para outros atores despontados no cenário mundial como resultado das duas Guerras Mundiais e, especialmente após 1945, quando a liderança dos Estados Unidos consolidou-se no plano internacional. Como se depreende, a questão da autonomia e dependência/interdependência não se limita ao aspecto jurídico-político, vinculando-se predominantemente ao processo histórico das formações nacionais e aos modelos de desenvolvimento.

A nova dependência pós-Guerra Fria define-se pelo tipo de relações econômicas, financeiras, científico-tecnológicas, culturais e políticas entre as nações dependentes e os centros de decisão mundial.

Essa estratégia do poder mundial decorreu de uma nova conjuntura de crise geral do sistema, particularmente da ordem criada em Bretton Woods, e apresentou motivações e características bem definidas, a saber:

1. a transnacionalização do sistema financeiro, que foi acelerada após o fim da “*convertibilidade do dólar em ouro ou qualquer outro recurso de reserva*”, em 1971;

2. a conjuntura de recessão e desemprego dentro do sistema hegemônico mundial;

3. a formidável expansão dos monopólios e oligopólios transnacionais;

4. os avanços tecnológicos nas áreas das comunicações e da computação;

5. a adoção oficial, por parte dos países dependentes, principalmente em função da dívida externa, da “*doutrina monetarista*” imposta pelo FMI e pelo Banco Mundial;

6. as pressões externas e internas contra os Estados nacionais, retirando-lhes a função regulamentária da economia, a defesa das suas indústrias etc.;

7. a associação integral entre os sistemas financeiros nacionais e o sistema internacional. Como consequência, a subordinação dos Estados, em suas funções econômica e financeira, ao sistema mundial, geralmente através dos bancos centrais “*independentes*”, porém controlados pelo Banco Federal de Reserva – o Banco Central dos EUA;

8. a imposição do colonialismo tecnológico, pelo sistemático bloqueio aos trabalhos de desenvolvimento científico e tecnológico em áreas avançadas, nos países periféricos;

9. a reprodução, em âmbito mundial, da falsa tese de que o desenvolvimento supõe a integração das economias locais, sem restrições, no processo de globalização.

Todas essas premissas levaram ao desmonte dos Estados nacionais como “*agentes econômicos*”, visando à transferência do excedente econômico local para o setor privado internacionalizado, em detrimento dos investimentos públicos e do atendimento a uma demanda social mínima. Nosso País é um triste exemplo desse pernicioso processo.

Como estratégia de preservação e expansão, as estruturas hegemônicas de poder, hábil e sutilmente, utilizam as Organizações internacionais sob seu controle, tais como: o Conselho de Segurança da ONU, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o Grupo dos Sete (G-7), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros.

A participação da maioria dos países da periferia nesses organismos internacionais faz-se essencial, para dar legitimidade e validade universal às normas estabelecidas e à eventual aplicação de sanções “*internacionais*” contra os infratores. Suas ideologias são elaboradas de forma a serem “*percebidas como neutras, desinteressadas ou, melhor ainda, de interesse geral, imparciais, verídicas e verossímeis*” e, sempre que a realidade demonstra o contrário, “*são substituídas por outras que desmentem, ridicularizam e se apresentam como novas e agora sim verdadeiras*”. (1)

A tal estratégia se soma a formação de elites e quadros simpáticos que, apoiados pelo poder econômico dos centros hegemônicos, ocupam posições de destaque na vida pública e privada, bem como galgam postos na política e nas decisões nacionais.

Diante dessa realidade internacional, como preservar a essencialidade do princípio da soberania nacional, em países como o Brasil? Evidentemente, a adjetivação “*dependente*” já anula, *a priori*, o princípio da autonomia. Trata-se, portanto, de superar essa condição, o que de fato constituiu, desde a nossa independência, uma aspiração nacional legítima e a base de um projeto nacional.

E quais seriam os limites da conquista do poder de decisão nacional? Cremos tratar-se, em primeiro lugar, de recuperar ou conquistar um certo grau de autonomia e determinação nacional, como objetivo supremo a ser alcançado em curto prazo. Para tal, é importante definir-se o modelo ou padrão de desenvolvimento que se almeja.

Os modelos do pós-guerra obedeceram ao paradigma neocolonial, com uma economia voltada para o exterior, em detrimento do mercado interno, sendo subsidiada e controlada crescentemente pelo capital industrial e financeiro transnacional, daí resultando, como consequência, na transferência do excedente econômico para fora do país. O paradoxo desse modelo simplesmente exportador, ainda preconizado por muitos como panacéia, é que quanto maior for o grau de “*integração*” no mercado mundial e de dependência do capital externo, maior será a sujeição às normas internacionais e à transferência do excedente econômico para o exterior. Em resumo, maior será a espoliação do país.

A solução mais conveniente seria então reduzir esse grau de dependência aos mercados comerciais e financeiros externos, bem como, limitar a interferência do “*ente*” mercado, nas questões domésticas. Vivemos, porém, uma realidade perniciosamente consolidada pelos desacertos de muitas das administrações nacionais, pouco nos restando de grupos empresariais nacionais, capazes de redirecionar, pelas leis vigentes no mercado e com seus próprios recursos, os verdadeiros rumos de interesse da nação brasileira.

Para esse tipo de modelo de desenvolvimento, como norma política, faz-se necessário que o Estado recupere ou mesmo reconquiste sua função pública e de defesa da nacionalidade e da cidadania. Não se trata de fazer o Estado maior ou menor, mas alterar suas bases ideológicas, transformando, radicalmente, sua natureza neocolonial, como condição para viabilizar a nação ameaçada. Seu novo perfil deverá retratar um Estado atuante e econômico, financeira, política e operacionalmente forte, o suficientemente forte para neutralizar os poderosos fatores que atuam no sentido da sua desintegração.

É precisamente neste momento de transição e reordenação mundial, marcado por uma crise geral do sistema financeiro, que as nações em desenvolvimento e viáveis, como o Brasil, devem formular ou optar por novas políticas em suas relações com o poder mundial e seu modo peculiar de participação no cenário internacional, procurando manter e reforçar a substancialidade e a essencialidade da autonomia nacional, em oposição ao desgastado e inoperante princípio da “*universalidade abstrata*”.

A formulação de um modelo de desenvolvimento nacional nos países periféricos requer a indagação precípua sobre os limites possíveis,



diante da transnacionalização dos bancos e do capital produtivo. Como será possível endogeneizar o desenvolvimento econômico diante da nova divisão internacional do trabalho, que se caracteriza pelo deslocamento de unidades produtivas do centro para a periferia e da maior dependência em relação aos centros internacionais de decisão e controle, sobretudo financeiro? Quando a transnacionalização suscita a questão da pertinência do Estado e da própria criação de um espaço econômico nacional?

Nossas reflexões apontam para, pelo menos, duas condições preliminares à formação do espaço nacional:

1. a decisão política e a existência de recursos humanos e naturais;
2. a decisão política de fazer e saber como fazer, o que implica um grau de autonomia nacional razoável.

Se uma maior inserção de nossa sociedade na convivência internacional é um imperativo de nossos dias, devemos fazê-lo segundo um modelo que, respeitando as regras das boas relações internacionais, atenda às nossas necessidades e aspirações. Não nos interessam modelos importados, por mais elaborados que se apresentem e qualquer que seja a sua origem, uma vez que não atendam a um princípio fundamental: o interesse nacional.

O desenvolvimento de uma nação não deve ser medido tão somente pelas variáveis comuns das estatísticas econômicas, mas principalmente pela existência de um clima de liberdade e de igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, bem como pela capacidade de atendimento às necessidades de alimentação, trabalho, saúde, educação e segurança de seu povo.

A busca do crescimento deve-se apoiar, principalmente, no desenvolvimento de tecnologias compatíveis com a realidade do país e dos processos produtivos ao nosso alcance, na expansão do mercado interno e na ocupação do espaço nacional, interiorizando ao máximo possível as atividades agro-industriais, de forma a reduzir as migrações e o conseqüente agravamento da crise social entre as populações urbanas das grandes cidades.

No quadro atual de incertezas quanto ao futuro de toda a Humanidade e de taxas elevadas de desemprego nos grandes centros urbanos, destaque especial deve ser dado ao setor de agronegócios,

que abrange a cadeia produtiva do campo ao consumidor. Esse setor, conhecido como “*agri-business*” no jargão do mercado, é responsável por cerca de 30% do PIB mundial.

Para evitar as distorções que são observadas em nosso País, com o crescimento exponencial dos grandes empresários do campo, contrastando com a situação de penúria dos pequenos agricultores, linhas especiais de financiamento precisam ser aperfeiçoadas, para que a agricultura familiar produza mais e com eficiência boa parte dos alimentos que consumimos. Uma política realista de assentamentos torna-se urgente, cedendo o terreno e promovendo real assistência técnica e econômica a essa multidão de miseráveis abandonados e desesperançados, que muitas vezes, de forma radicalizada, propugnam por ajuda, para que usufruam um mínimo dos direitos da cidadania que sempre lhes foi negado.

No campo industrial, pela pujança do País e lutando contra os desvarios das antipolíticas que se alternam aleatoriamente, de governo em governo, ainda nos restam segmentos nacionais passíveis de otimização e estímulo, a serem considerados em uma eventual e desejada retomada do desenvolvimento. Para essas empresas, capacitadas para atuarem em setores estratégicos, onde as empresas estrangeiras, devotadas aos produtos de grande mercado, pouco interesse demonstram em investir, já que submissas às políticas de suas matrizes, estariam dirigidos os programas governamentais em tecnologias de ponta e em áreas de especial significado para a mudança do patamar tecnológico nacional, como aeronáutica e espaço, nuclear, de energia e petróleo, telecomunicações e controle do espaço aéreo, biotecnologias, química fina e produtos farmacêuticos, armamentos e materiais de defesa etc.

Ostentemos nossa bandeira de luta e reação contra as condicionantes coloniais de um remoto e superado passado histórico, pois o exemplo dos nossos inumeráveis, ilustres e bravos líderes, civis e militares, deve ser o farol a iluminar nossos caminhos nesse limiar do século XXI. Soubemos superar enfrentamentos militares complexos e a consolidação dos limites geográficos nacionais se fez pela justa argumentação diplomática e pelo respeito ao Direito Internacional. Mantemos relacionamento respeitoso e próximo ao longo do nosso arco de fronteiras terrestres, de 14.000 quilômetros, com os países vizinhos e, cada vez mais, nos empenhamos em tornar realidade uma

Comunidade de Nações na América do Sul. Mas muito ainda há a realizar, uma vez que poderosos interesses alienígenas insistem na manutenção de um mundo assimétrico, no qual, pelas políticas econômicas unilateralmente adotadas, cada vez mais se acentua o protecionismo, o distanciamento entre os ricos e os pobres, o desemprego e a recessão.

Já em 1971, falando aos Estagiários da Escola Superior de Guerra, o então Embaixador do Brasil em Washington, Araújo Castro, alertava para uma clara intenção de cerceamento do desenvolvimento das nações e afirmava que *“em várias oportunidades, no cenário das Nações Unidas, perante a Assembléia Geral e perante o Conselho Econômico e Social, o Brasil tem procurado caracterizar o que agora se delineia como firme e indisfarçada tendência no sentido do congelamento do poder mundial. E quando falamos de poder”*, prossegue o Embaixador, *“não falamos apenas de poder militar, mas também de poder político, poder econômico poder científico e tecnológico”*.

Como mensagem final, e propondo uma isenta e patriótica meditação nesses fatores condicionantes da nacionalidade e da própria soberania, transcrevo as proféticas e corajosas palavras desse expoente maior da nossa Diplomacia, quando afirmou: *“Nenhum país escapa ao seu destino e, feliz ou infelizmente, o Brasil está condenado à grandeza. A ela condenado e por vários motivos: por sua extensão territorial, por sua massa demográfica, por sua composição étnica, pelo seu ordenamento sócio-econômico e, sobretudo, por sua incontida vontade de progresso e desenvolvimento. As soluções medíocres e pequenas não convêm nem interessam ao Brasil”*.

*“Temos de pensar grande e planejar em grande escala, com audácia de planejamento e isto, simplesmente, porque o Brasil, ainda que a isso nos conformássemos, não seria viável como país pequeno ou mesmo como país médio. Ou aceitamos nosso destino como um país grande, livre e generoso, sem ressentimentos e sem preconceitos, ou corremos o risco de permanecer à margem da História, como povo e como nacionalidade”*.

*“O Nacionalismo não é, para nós, uma atitude de prevenção ou de hostilidade. É, ao contrário, uma grande vontade de participação internacional. É um esforço para colocar o Brasil*

*no mundo, mediante a utilização de todos os meios e com o concurso de todos os países que queiram colaborar conosco no equacionamento e na solução dos problemas mundiais. Esse Nacionalismo é uma posição de afirmação e maturidade do Brasil, dentro da Comunidade de Nações”.*

Referência Bibliográfica:

(1) Samuel Pinheiro Guimarães – “500 Anos de Periferia” – Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Contra Ponto Editora.

*O autor é Tenente-Brigadeiro-do-Ar Reformado da Força Aérea Brasileira e Ministro Aposentado do Superior Tribunal Militar.*

# Crises e Conflitos do Século XXI

*Carlos de Meira Mattos*

A maioria dos analistas dos setores especializados da ONU e pesquisadores universitários norte-americanos e europeus, ultimamente, tem lançado livros e artigos em revistas sobre o que consideram a maior crise que ameaça a Humanidade neste século: o esgotamento das fontes primárias de petróleo e de água doce.

Em síntese, os professores Samuel Huntington, Michael Klare, Paul Kennedy, James Fallows e outros, avaliando as conseqüências do processo incontido “*de crescimento demasiado da Humanidade num planeta que não cresce*”, concluem que estamos muito próximos de enfrentar crises alarmantes de carência de recursos naturais, particularmente petróleo e água, indispensáveis à estabilidade da vida da sociedade.

A população mundial passou de 1 bilhão de habitantes em meados do século XVIII, para 6,3 bilhões nos dias de hoje. Vieram habitar o mesmo planeta mais 5,3 bilhões de seres humanos em pouco mais de 200 anos, enquanto a sociedade levou milênios para alcançar o seu primeiro bilhão. Perigosa, se não catastrófica, taxa de aceleração que tem que ser contida.

A sociedade desenvolvida do Ocidente, a partir da invenção da máquina a vapor, vem incorporando ciclos sucessivos de progresso-industrialização, avanços extraordinários nos meios de transporte e de telecomunicações, utilização da eletrônica e da informática. Criou-se um modelo de sociedade consumista altamente dependente, para sua estabilidade social, sua segurança e seu bem-estar, de quantidades cada vez mais elevadas de petróleo e água, produtos naturais, o primeiro esgotável e o segundo, em declinante degrau de escassez.

Segundo as avaliações de organismos internacionais mais abalizados, inclusive da ONU, no ano de 2025 as reservas de petróleo conhecidas já não mais terão capacidade de atender o aumento de demanda. Sua substituição por fontes de energia renováveis exigirá uma mudança demorada e muito dispendiosa nas estruturas de transportes, máquinas industriais e agrícolas e fontes de geração de energia existentes.

Nossa sociedade é altamente dependente do uso cada vez mais abrangente de água doce. Sua disponibilidade vem apresentando sensível diminuição, não somente devido a exigências de seu consumo pelo homem moderno, como também pela poluição das nascentes e cursos em virtude de seu uso inconsciente pelas empresas e pelas populações.

Os analistas internacionais consideram alarmantes os efeitos desta enorme crise previsível, de recursos naturais, sobre a estabilidade social, política e de segurança dos países mais desenvolvidos e, em consequência, a consideram a principal fonte de perigosos conflitos internacionais, estimulados, particularmente, pelas três potências mais poderosas – Estados Unidos, Rússia e China – que darão a marca de turbulência ao corrente século.

O escritor e professor norte-americano Michael T. Klare, no seu último livro, *“Blood and Oil”* (2005), demonstra que a disputa política e militar pela apreciação e pela futura utilização das reservas disponíveis de petróleo do mundo já está, claramente, lançada. Vê o autor, especialista no assunto e com várias obras publicadas, que atualmente o foco principal das disputas e dos conflitos são as cobiçadas reservas da Ásia Central e da região do Mar Cáspio.

Considera Michael Klare como prelúdio de um conflito prolongado pela conquista de novas fontes de petróleo, as atuais intervenções militares dos Estados Unidos no Afeganistão e no Iraque, a fracassada invasão da Rússia no Afeganistão, o presente conflito na Chechênia e as pressões de Moscou para obrigar os norte-americanos a retirarem suas bases militares instaladas em repúblicas muçulmanas (ex-territórios da União Soviética) ao norte do Afeganistão.

Na opinião de credenciados internacionalistas, o quadro geopolítico dos conflitos que surgirão até ao fim deste século, além dos suscitados pelo terrorismo internacional, será o de tensões e guerras, entre países e grupos de prepostos das três maiores potências – Estados Unidos, Rússia e China – movidas, principalmente, pela conquista de reservas petrolíferas e garantia de suas vias de transportes. Não é esperado um choque militar direto entre essas grandes potências. Nem é previsto o desencadeamento de uma guerra nuclear, perdurando o receio da destruição recíproca, embora não se exclua a hipótese do emprego de pequenas bombas radioativas sujas por grupos terroristas.

Em síntese, o quadro visualizado por especialistas de renomado prestígio internacional, em suas perspectivas de crises e conflitos político-militares, mostra-se desanimador para aqueles que anseiam por um longo período de harmonia entre os povos, de paz e segurança. O mundo que se anuncia é de constantes crises e conflitos armados, tendo por “*leit motiv*”, prioritariamente, a disputa pelo petróleo.

O Brasil, felizmente, não deve ser envolvido diretamente nessa luta dos grandes pelo petróleo, mas, possuidor do maior potencial potomográfico do mundo, deve guardar-se e preparar-se para enfrentar a próxima crise internacional à vista: a luta pela conquista das fontes naturais de água doce.

*O autor é General-de-Divisão Reformado do Exército, Veterano da Segunda Guerra Mundial, Doutor em Ciência Política e Conselheiro da Escola Superior de Guerra.*

# Guerra Fria: o Equilíbrio do Terror

*Manuel Cambeses Júnior*

Durante as quatro décadas em que subsistiu a Guerra Fria, nascida ao final da Segunda Guerra Mundial, a negativa ao uso de armamento atômico foi considerada sinônimo de sua própria existência.

A dissuasão nuclear foi vista como uma garantia da não utilização de armas de destruição em massa, o que poderia levar a uma confrontação direta entre os principais protagonistas – Estados Unidos e União Soviética – e, conseqüentemente, à mútua aniquilação. Daí, a profunda ambigüidade da Guerra Fria, que, enquanto garantia a paz mundial por meio do equilíbrio nuclear das potências envolvidas, conferia a qualquer conflito regional uma dimensão planetária.

Diferentemente do que havia ocorrido até então nos conflitos internacionais, a disputa agora não consistia em conquistar maiores cotas de poder – em nível mundial – mas sim, conseguir capacitação militar para a obtenção de êxito num possível enfrentamento entre dois sistemas diametralmente opostos.

Os Estados Unidos defendiam a Democracia e o Liberalismo, enquanto a União Soviética postulava o Comunismo; sistemas de governo, portanto, antagônicos e irreconciliáveis.

A forma com que o mundo chegou a esse tipo de confrontação não foi espontânea. Tratou-se do produto de uma série de fatores que deram lugar ao que os observadores denominaram de mundo bipolar – Este/Oeste – com as lideranças bem definidas, em torno dos quais se organizaram seus respectivos aliados em blocos políticos, econômicos e militares.

Dentre os fatores que levaram ao surgimento da Guerra Fria, encontra-se o vazio de poder gerado na Europa após o esfacelamento da Alemanha. A isso se somou um novo elemento que mais adiante se constituiria em um perigoso agravante, qual seja, o expansionismo soviético que pretendeu preencher o espaço deixado pelo colapso germânico.

Nesse contexto, a principal preocupação geopolítica do ex-Premier soviético Iossif Stálin foi consolidar a segurança de seu país por meio da criação de uma esfera de influência direta, que



teve seu desenvolvimento na Europa Oriental e que cumpriu com o objetivo de resguardar a União Soviética frente a uma potencial ofensiva ocidental.

O analista John Bolton, do *American Enterprise Institute*, de Washington, assevera que: “*A Guerra Fria foi forçada nos Estados Unidos pelo expansionismo soviético*”.

A exportação da ideologia marxista, impulsionada por Moscou, foi outro fator que incendiou a tensão Leste-Oeste. A União Soviética apoiou diretamente vários esforços revolucionários que tentaram mudar, pela força, a situação mundial em que prevalecia o capitalismo. “*O ponto central da opinião estadunidense, durante a Guerra Fria, foi a forte crença de que estávamos em uma guerra de vida ou morte contra o comunismo*”, sustenta Bolton.

De todos esses fatores, aquele que realmente promoveu o maior nível de fricção geopolítica foi o poder nuclear, inicialmente reservado para os Estados Unidos, mas que a União Soviética não tardou a equiparar-se quando, em 1949, testou com êxito a sua primeira arma atômica.

Washington e Moscou empreenderam, a partir daí, uma louca e desenfreada corrida armamentista de modo a equiparem-se do maior número de armas nucleares, pensando, não tanto em utilizá-las contra o rival, mas sim em convencê-lo de desistir de qualquer idéia que implicasse no uso do poder atômico, como tática dissuasória.

O uso dessas armas deixava para trás a guerra convencional já que, fundamentalmente, assegurava a destruição recíproca entre as duas potências nucleares.

Nos primeiros anos do pós-Segunda Guerra Mundial, Washington tratou de manter uma atitude de aproximação com Moscou. Entretanto, em pouco tempo, as nações ocidentais compreenderam que era necessária uma postura mais rígida frente à avassaladora “*maré vermelha*” disseminada por Stálin. Dessa maneira, surgiu a política de “*contenção*” diplomático-militar impulsionada pelos Estados Unidos e que ficou conhecida como “*Doutrina Truman*”. Esta, baseava-se na crença de que a única maneira de frear o expansionismo soviético era consolidar uma férrea defesa ocidental democrática que se opusesse frontalmente a Moscou.

Tal defesa consistiria, primacialmente, em fortalecer os países aliados e intervir quando perigasse o alinhamento desses países aos Estados Unidos.

Num outro extremo, a política externa soviética privilegiou a expansão mundial com métodos militares, muitas vezes utilizando, como fator coercitivo, pressões de ordem econômica.

Como ficou demonstrado nos últimos conflitos que tiveram como protagonistas terceiros países e que se desenvolveram durante a época mais tensa da Guerra Fria, a contenção não demonstrou ser uma ferramenta muito efetiva de política externa, principalmente porque o lado soviético não parecia amedrontar-se e pôde expandir sua ideologia a diversas regiões do mundo.

Dessa maneira, um novo esquema de relações internacionais, denominado “*détente*” ou distensão, terminou por substituir a política de contenção. Este enfoque pretendia abrir novos canais de comunicação e intercâmbio entre Estados com distintas orientações e interesses, porém sempre através da negociação e não do enfrentamento direto.

Se bem que durante a vigência da Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética, felizmente, nunca chegaram a uma confrontação direta. A luta por impor suas distintas ideologias levou a que, em mais de uma oportunidade, as monopólicas superpotências aumentassem consideravelmente os decibéis emocionais, passíveis, portanto, de estrondos bélicos de conseqüências imprevisíveis.

Como a situação na Europa parecia condenada a um ameaçante “*status quo*”, que mantinha as potências dirigindo a atenção para Berlim, a União Soviética passou a espalhar os seus interesses a outras regiões do globo terrestre.

Em 1950, irrompe a Guerra da Coreia. Os Estados Unidos participaram ativamente dessa contenda, enquanto Moscou contemplou importante apoio logístico aos norte-coreanos, tendo a República Popular da China – o novo e importante ator nesse intrincado cenário – surpreendentemente se somado ao expansionismo comunista.

Na década de sessenta, o Vietnã se converteria no cenário da confrontação com uma guerra devastadora para os EUA, que novamente se viu envolto em um conflito, longe de suas fronteiras, na tentativa de frear o avanço comunista.

Os conflitos de Angola, na África; El Salvador e Nicarágua, na América Central; as repressões na Checoslováquia e na Hungria, na Europa; a Guerra dos Seis Dias, no Oriente Médio, bem como os dois

bloqueios que sofreu Berlim, acenderam, por algumas vezes, a chispa detonante da confrontação.

Segundo Henry Nau, professor de Assuntos Internacionais da *Universidade George Washington* e autor do livro “*O Mito do Declínio Estadunidense*”, o uso do poder militar durante a Guerra Fria não fracassou: “*Os perigos foram altos, não há dúvida, porém as contingências e os benefícios justificaram esses perigos*”, afirma.

Entretanto nenhum dos conflitos mencionados levou o mundo tão próximo de uma guerra mundial como a crise dos mísseis em Cuba, quando Moscou implantou rampas de foguetes, na ilha comunista, que tinham como objetivo atingir o território norte-americano. O bloqueio naval imposto pelo então Presidente John Kennedy – para impedir a chegada de novos artefatos bélicos, oriundos da União Soviética – foi coroado de êxito. Foi, porém, uma manobra muito arriscada e que colocou o mundo à beira da pior tragédia de sua História. Nem Kennedy, nem seus assessores, tinham plena convicção de que os soviéticos voltariam atrás e não responderiam com um ataque direto que poderia derivar, conseqüentemente, em uma conflagração nuclear, de proporções inimagináveis e inseqüentes.

Jakub M. Godzimirski, analista do Centro de Estudos Russos do *Instituto de Assuntos Internacionais da Noruega*, afirma que “*os grandes conflitos da Guerra Fria foram decisivos para demonstrar a vontade das partes em defender seus valores e posições no mundo*”.

Analistas coincidem que a maior peculiaridade da Guerra Fria foi, precisamente, a forma com que as partes puderam conter-se sem chegar ao enfrentamento total.

“*Ainda que tenhamos lutado em outros países, o grande alívio é que nem os EUA, nem a URSS, chocaram-se diretamente. Na atualidade, existe quem argumente que havia tácitas ‘regras de ataque’ que tornavam inviável uma confrontação direta, porém sempre existiu a possibilidade de que ambas as partes se excedessem*”, assinala Henry Nau.

O custo dessa contenda foi altíssimo. Além de milhares de pessoas que morreram durante o período da Guerra Fria, um elemento-chave, para dimensionar a magnitude desta “*guerra sem guerra*”,

foi o montante de dinheiro destinado, nos orçamentos das partes em litígio, com o objetivo de atender às imensas necessidades em armamentos convencionais e nucleares.

Uma estimativa mostra que, durante essa época de equilíbrio do terror, o mundo chegou a gastar – somente em armamento – aproximadamente, oito trilhões de dólares.

As partes não pouparam recursos para assegurar sua subsistência, ainda que, ao final, como é sabido, a União Soviética não pôde continuar subvencionando o enorme gasto que implicava em competir “*pari passu*” com os Estados Unidos. A juízo de Godzimirski, os grandes conflitos da Guerra Fria mostraram que os custos econômicos e políticos foram impossíveis para um dos pólos, o pólo que tratou de ideologizar o desenvolvimento econômico.

Por sua parte, Henry Nau afirma que “*o fator que ganhou a Guerra Fria foi a política interna e o progresso econômico do Ocidente*”. Contudo, as reformas empreendidas por Mikhail Gorbachóv, a *perestroika* (reestruturação) e a *glasnost* (transparência) foram decisivas para trazer maior abertura à União Soviética, e que foi acompanhada de um processo de democratização que o regime soviético não pôde assumir e que derivou, como corolário, em seu colapso.

Ao final, verificou-se que a opção defendida pelos Estados Unidos terminou por ser a mais viável. Ainda que isso não implicasse que importantes mudanças tomassem forma, depois do colapso soviético, o final da Guerra Fria mostrou, claramente, que somente um mundo democrático e liberal poderia sobreviver nessa longa batalha ideológica.

Porém, deve-se reconhecer que o lado oposto, o Comunismo, também teve um notável impacto na forma em que o mundo se desenvolveu, desde então. Mostrando-se como uma alternativa, forçou aos defensores do sistema capitalista a exercê-lo de forma mais humana e racional.

Podemos inferir que, durante 45 anos, o equilíbrio do terror funcionou porque na hora “*H*” os líderes de ambos os blocos ideológicos conseguiram, em felizes arroubos de racionalidade, colocar os interesses da Humanidade acima das vantagens inerentes aos sistemas capitalista e comunista.

No longo transcorrer da Guerra Fria, os povos de todos os rincões do planeta, muitas vezes, prenderam a respiração e, felizmente, conseguiram sobreviver.

#### Cronologia de Eventos:

1947: Surge a “*Doutrina Truman*”, ou política de contenção diplomático-militar dos Estados Unidos, para opor-se à crescente influência soviética;

1949: Nasce a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para contrapor-se à permanência das tropas soviéticas na Europa;

1950: A paz mundial se vê ameaçada com a invasão da Coreia do Sul, guerra que finalizou com a assinatura de um armistício, em 1953;

1961: É invadida a Baía dos Porcos, em Cuba, e levanta-se o Muro de Berlim;

1962: Crise dos mísseis em Cuba. O mundo vê-se à beira de uma guerra mundial;

1964: Os EUA decidem intervir diretamente na Guerra do Vietnã para frear a influência comunista na Ásia;

1967: A Guerra dos Seis Dias, entre árabes e israelenses, transforma-se em uma derrota estratégica para a União Soviética;

1968: Países do Pacto de Varsóvia e, especialmente, forças do Exército Vermelho, invadem a Checoslováquia para deter o processo liberalizador de Dubcek;

1972: São assinados o Tratado de Mísseis Antibalísticos (ABM) e o Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (SALT I);

1979: Tropas soviéticas invadem o Afeganistão;

1983: O Presidente norte-americano Ronald Reagan propõe a Iniciativa de Defesa Estratégica (Guerra nas Estrelas), sistema de defesa estadunidense antimísseis. O projeto fracassa devido ao seu elevado custo.

1985: Mikhail Gorbachóv assume o poder na União Soviética. Dá-se início à *perestroika* e à *glasnost*;

1989: Cai o Muro de Berlin, barreira simbólica da separação Este-Oeste;

1991: Reformas democratizadoras de Mikhail Gorbachóv deram no colapso da União Soviética.

*O autor é Coronel-Aviador da Reserva da Força Aérea Brasileira, Membro correspondente do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, Membro titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e pesquisador do INCAER.*

# **A Inserção Geoestratégica do Brasil no Atual Contexto Internacional**

*Raymundo Guarino Monteiro*

*“As Nações viajam no rio do tempo, que não podem controlar, nem dirigir, mas no qual podem manobrar com maior ou menor habilidade e experiência.”*

Bismarck

## **Sumário**

1. A Orientação Geoestratégica do Estado Brasileiro
2. As Ações Estratégicas do Estado Brasileiro
  - 2.1 Organismos Internacionais
    - 2.1.1 Reforma da ONU
    - 2.1.2 Reestruturação do Banco Mundial e do FMI
  - 2.2 Blocos Econômicos
    - 2.2.1 Bloco Sul-Americano – MERCOSUL
  - 2.3 Atlântico Sul
    - 2.3.1 Zona de Paz e Cooperação
3. Forças de Paz
4. Anulação de Confrontações e Contenciosos
5. A participação das Forças Armadas nas Ações Geoestratégicas do Estado Brasileiro
6. Conclusões

## 1. A Orientação Geoestratégica do Estado Brasileiro

*“Os mais fracos estão sempre ansiosos por igualdade e justiça. Os mais fortes não lhes dão atenção.”*

Aristóteles (“A Política”)

A atuação do Estado brasileiro no contexto mundial tem como fundamento a obrigação de prover segurança e desenvolvimento à Nação, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito.

Para tanto, sua postura geoestratégica é centrada em uma ativa diplomacia voltada para a paz e em uma atitude estratégico-militar dissuasória de caráter defensivo, baseado nas seguintes premissas:

– fronteiras e limites perfeitamente definidos pelo princípio do arbitramento, quando não era possível o bilateralismo e o reconhecimento internacional;

– estreito relacionamento com os países vizinhos como múltiplo vetor geopolítico e com a comunidade internacional, em geral, baseado na confiança e no respeito mútuos;

– rejeição à guerra de conquista;

– busca da solução pacífica de controvérsias, com o uso da força somente como recurso de autodefesa.

A postura geoestratégica do Estado brasileiro reside na valorização da ação diplomática como instrumento primeiro de solução de conflitos e na existência de uma estrutura militar de credibilidade, capaz de gerar efeito dissuasório eficaz. Embora de caráter defensivo, a postura brasileira não implica, em caso de conflito, em que as Forças Armadas tenham de se limitar somente a operações defensivas. Todo potencial nacional será usado com vistas à decisão rápida do conflito, com o mínimo de danos ao interesse nacional; a paz só se realizará quando atender as condições que a Nação julgue favoráveis.



Para tal desiderato, a nossa orientação geoestratégica segue as seguintes diretrizes:

– A Nação brasileira contribuirá ativamente para a construção de uma ordem internacional, baseada no estado de direito, que propicie a paz universal e regional, e no desenvolvimento sustentável da Humanidade;

– Contribuirá ativamente para o fortalecimento, a expansão e a solidificação da integração regional;

– Atuará para a manutenção de um clima de paz e cooperação ao longo das fronteiras nacionais e para a solidariedade na América Latina e na região do Atlântico Sul;

– Procurará participar, crescentemente, dos processos internacionais relevantes de tomada de decisão;

– Procurará aprimorar e aumentar a capacidade de negociações do Brasil no cenário internacional;

– Promoverá a posição brasileira favorável ao desarmamento global, condicionado ao desarmamento de arsenais militares e de outras armas de destruição em massa, em processo acordado na multilateralidade;

– Participará de operações internacionais de manutenção de paz, de acordo com o interesse nacional;

– Buscará um nível de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de capacidade de produção, de modo a minimizar a dependência externa do País quanto aos recursos de natureza estratégica de interesse para a Segurança e o Desenvolvimento nacionais;

– Promoverá o conhecimento científico da Região Antártica e participará ativamente no processo de decisão de seu destino, como membro de seu sistema com direito a voto.

Nesta fase de transição de multipolaridade, em que se estabelecem as novas regras políticas e econômicas de convivência entre as Nações, caracterizada pela ausência de paradigmas claros e pela participação, crescente, de atores não governamentais, o Brasil determinará, livre de matizes ideológicos, sua inserção geoestratégica no atual contexto internacional.

No quadro de incertezas que marca o atual contexto mundial, não se descaracteriza, ao contrário, se exacerba a relevância de conceitos tradicionais como Soberania, Autodeterminação e Identidade Nacional.

O Brasil é um país com cinco diferentes regiões naturais internas e de diversificado perfil sócio-econômico, ao mesmo tempo Amazônico, Atlântico e Platino. Isto nos leva à concepção de que nosso espaço geoestratégico mais importante, isto é, a área onde primeiro podemos aplicar o nosso Poder Nacional, é a massa continental sul-americana, que inclui, também, o Atlântico Sul.

## 2. As Ações Geoestratégicas do Estado Brasileiro

*“A diplomacia pode ser chamada a arte de convencer sem usar a força. A estratégia a arma de vencer com os menores custos.”*

Raymond Aron

São bandeiras fundamentais para o destino do Brasil no novo contexto mundial que se apresenta, bem como condicionantes para a sua inserção, na nova ordem internacional, os pontos abaixo:

### 2.1 Organismos Internacionais

#### 2.1.1 Reforma da ONU

Para o Brasil, hoje, os pressupostos políticos, econômicos e estratégicos que produziram a Carta das Nações Unidas e a própria Organização não tem mais vigência. Salvo emendas de menos importância, a Carta é, ainda, o espelho da situação internacional de 1945. Para a atual conjuntura, ela está ultrapassada. Suas estruturas institucionais estão deslocadas e não respondem às necessidades atuais

e, por esse motivo, necessitam ser repensadas e reorganizadas. A distribuição de assentos no Conselho de Segurança, por exemplo, é antiquada e não reflete a atual hierarquia de poder mundial e nem a busca perseguida de mundialização do órgão. Seus procedimentos além de serem arcaicos são pouco transparentes.

Como não há consenso firme sobre as implicações políticas da Nova Ordem Mundial, surgidas com o fim da bipolaridade, o mundo alimenta-se de várias polêmicas que merecem análise:

– Primeiro: as Nações Unidas não são um simples instrumento diplomático a serviço de um país ou de um grupo de países, para coonestar suas ações político-militares, nem muito menos um simples palco para lamúrias das frustrações dos periféricos;

– Segundo: a ONU não se constitui em governo mundial. Falta-lhe condições jurídicas e políticas para tal;

– Terceiro: a ONU é uma organização internacional e não supranacional. Depende da vontade política de seus Estados-Membros e a eles não se sobrepõe.

Seus dois órgãos mais importantes são o Conselho de Segurança, de composição estreitamente restrita pelo direito de veto; e a Assembléia Geral, órgão mais democrático e representativo, em parte é inoperante nas decisões e sem capacidade, mesmo, de influir nos momentos decisivos.

Para o Brasil, a reestruturação do Conselho de Segurança é um imperativo mais geopolítico do que político. Nos foros internacionais, a posição brasileira é amplamente conhecida.

Por ser membro fundador da ONU e sempre ter estado à frente na promoção dos ideários do desenvolvimento, do desarmamento e da democratização das relações internacionais, o Brasil se julga preterendente permanente a um assento no Conselho de Segurança.

### 2.1.2 Reestruturação do Banco Mundial e FMI

O Banco Mundial, que inicialmente destinou-se à reconstrução das economias devastadas pela Segunda Guerra Mundial, desempenhou, posteriormente, um papel válido no auxílio ao esforço de desen-

volvimento dos países de renda menos destacada no cenário mundial. De uns anos para cá, especialmente a partir de 1980, minimizou-se esse tipo de cooperação, estando esta agora, praticamente, restrita a operações com países de economia muito rudimentar. E, assim mesmo, em escala reduzida à luz das dimensões que deve angariar uma cooperação estruturalmente válida.

Os grandes detentores do capital do Banco Mundial, os Estados Unidos, em particular, relutam em aumentar sua contribuição financeira; e a Instituição ainda não encontrou formas de satisfatória captura de fundos adicionais. Vem adotando, implicitamente, a concepção de que a ampla oferta de capital privado nos mercados internacionais compensa o seu acanhamento operacional. Essa orientação contrasta com as carências e necessidades dos países de economia emergente, às voltas com desequilíbrios estruturais que os constroem no cenário mundial.

O FMI ampliou suas dimensões em matéria de assistência financeira compensatória aos problemas de balanço de pagamentos de seus Estados-Membros. Mas seus critérios operacionais continuam rigidamente atados nos princípios de economia monetária ortodoxa, em que a flutuação dos índices de preços é consequência direta da rigorosa política de controle fiscal e monetário. Não contam para o Fundo, ou contam muito pouco e excepcionalmente, as dificuldades estruturais, particularmente dos países subdesenvolvidos ou de economia emergente. Nesses países, razões de estrutura atuam fortemente sobre suas contas externas e, pela própria natureza, como que impedem o exercício das políticas fiscal e monetária, sob os rigores técnicos acadêmicos esposados pelo Fundo.

Na presente quadra mundial, com as rápidas e amplas modificações impostas pelos avanços de C&T, a reformulação operacional do BIRD e do FMI é relevante para ajudar, ou mesmo evitar, que se amplie o hiato estrutural que no passado gerou a designação de diferentes mundos ordinais – 1º, 2º e 3º.

## 2.2 Blocos Econômicos

### 2.2.1 Bloco Sul-Americano – O MERCOSUL

A ancoragem geoestratégica do Brasil se faz, primordialmente, na América do Sul. A presença regional brasileira é eminentemente pacífica e de elevado peso específico. Em vez de alianças militares, o Brasil dá preferência a acordos de cooperação nas áreas política, econômica e social. As nossas faixas de fronteiras são consideradas mais como elemento de integração com os nossos dez vizinhos do que de afastamento. Isto está ensejando um real processo de integração da região, pois os parceiros vêm a nossa inserção nos diversos cenários sul-americanos de forma construtiva.

No cerne do Bloco sul-americano está o MERCOSUL, que representa para a região uma verdadeira novidade histórica e já é um fator de alto dinamismo no processo regional. O forte implemento do comércio está conduzindo a medidas efetivamente integracionistas.

O MERCOSUL, porém, não é, nem almeja ser, um megabloco, porém será um ator seguro, com base econômica suficiente para atuar de modo seguro e com perfil próprio no Mercado Global.

Atualmente, fazem parte do MERCOSUL – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. A adesão de Colômbia, Equador, México, Peru e Venezuela se encontra em diferentes fases de entendimentos.

É possível que num futuro próximo, a exemplo do “*Protocolo de Ouro Preto*”, seja criado um mecanismo de segurança cooperativa para atuação preventiva contra conflitos de natureza não econômica. Tal mecanismo deverá basear-se em medidas de confiança mútua e de cooperação, tendo reduzido compromisso militar. Deverá contar com um conjunto de instrumentos capazes de tornar efetiva a solução de qualquer crise.

De maneira concomitante à consolidação econômica, política e cultural do MERCOSUL, os países membros tenderão a buscar um alinhamento de suas Políticas de Segurança. Este fato é que irá configurar o sistema, e que será o caminho natural a ser percorrido à medida que o MERCOSUL avançar na conformação de um mercado comum.

## 2.3 Atlântico Sul

Desde um ponto de vista geoestratégico, o Atlântico Sul estende-se segundo a Marinha de Guerra do Brasil de 20 graus de Latitude Norte até ao Continente Antártico, com exceção do Caribe, obviamente, sujeito a outras considerações de natureza política, econômica e estratégica. A extensão para o Norte objetiva incluir a projeção africana que forma, juntamente com o saliente do Nordeste do Brasil, um estreito canal de não mais de 1.500 milhas náuticas de largura, que é uma importante rota comercial com valor estratégico para os países ribeirinhos do Atlântico Sul.

As principais rotas marítimas do Atlântico Sul são:

– **Rota 1:** do oceano Índico ou Oriente para o Mediterrâneo e portos ocidentais da Europa. Por esta rota passam 50% a 60% de todo o petróleo de todos os materiais estratégicos importados pela Europa;

– **Rota 2:** mesma origem que 1 para o Caribe, portos do Golfo do México e portos da Costa Leste dos EUA. Por esta rota passam: 26% de todo o petróleo importado pelos EUA;

– **Rota 3:** dos portos do Brasil para portos do Mediterrâneo e portos da Europa e para os portos do MERCOSUL. Por esta rota passam 53% de todas as exportações brasileiras;

– **Rota 4:** esta rota liga portos da América do Sul a portos do Caribe e do Golfo do México. Por ela passam: 11,5% de todas as exportações brasileiras; e 13,5% de todas as importações brasileiras de petróleo;

– **Rota 5:** do Oceano Índico e Oriente para o Brasil e vice-versa. Por esta rota passam: 68% de todas as importações brasileiras de petróleo (do Golfo Pérsico); e 33% de todas as exportações brasileiras (ferro para o Oriente, principalmente)

– **Rota 6:** do Brasil para o Golfo da Guiné. Por ela passam 15% de todas as importações brasileiras de petróleo.

Desde a implantação do MERCOSUL, os números relativos ao Brasil vêm se alterando em função do aumento do intercâmbio comercial entre os países membros.

As áreas focais no Atlântico Sul, isto é, áreas nas quais a concentração de navios tornam proveitosos os ataques por aeronaves, navios de superfície e submarinos são:

- ao Sul do Cabo da Boa Esperança;
- no estuário do Rio da Prata;
- ao largo de Cabo Frio;
- ao largo de Fernando de Noronha;
- ao largo da costa nigeriana;
- ao largo de Cabo Verde.

Embora o Atlântico Sul não seja, estratégica e economicamente, tão importante quanto o Atlântico Norte, numa avaliação global, ele tem algumas características que em momentos de crise podem mudar esta visão. Através do Canal de Drake e das águas ao sul do Cabo da Boa Esperança, o Atlântico Sul se comunica com os oceanos Pacífico e Índico.

A conexão do Atlântico Norte com aqueles oceanos é feita por meio de canais artificiais – Panamá e Suez – suscetíveis de serem fechados. E, hoje, são inadequados para o uso de grandes embarcações.

Durante a Segunda Guerra Mundial, devido à situação no Mediterrâneo, o Canal de Suez não pôde ser usado. Durante a Guerra dos Seis Dias (1956), o mesmo ocorreu, por outras razões. Em ambas as ocasiões, o tráfego através das águas ao sul do Cabo da Boa Esperança aumentou enormemente, e navios de maior tonelagem tiveram de ser construídos por razões econômicas. A importância econômica e estratégica tem, conseqüentemente, se elevado e essa possibilidade tem de ser considerada em qualquer avaliação estratégica.

A maior parte do petróleo no Brasil vem da plataforma continental, e a maior parte dos recursos a serem ainda explorados estão também sob a água. A perspectiva de auto-suficiência em petróleo depende de um aumento na produção da plataforma marítima.

O Brasil é um comerciante global e mais de 95% de seu comércio internacional é feito por mar.

A Convenção da Jamaica ou da Baía de Mondego – já em vigor desde o final de 1994 – foi ratificada pelo Brasil. A Convenção esta-

belece uma Zona Econômica Exclusiva, em geral de 200 milhas náuticas de largura (em certos casos pode atingir 350 milhas), o que significa que o Brasil possui uma extensa área marítima a ser controlada, na qual recursos vivos e não vivos devem ser explorados em benefício da sociedade brasileira. Não é, pois, surpreendente que a companhia petrolífera brasileira – a Petrobrás – que desenvolveu a tecnologia para prospecção e exploração de petróleo “*offshore*” detenha o recorde de exploração em águas profundas.

Devido a essas considerações, o Atlântico Sul é econômica e estrategicamente importante para o Brasil, que precisa desenvolver sua Marinha Mercante e suas forças Naval e Aérea para fazer frente às possíveis ameaças ao nosso interesses nessa área.

Não é tão importante identificar de onde vêm as ameaças, mas, sim, que conseqüências resultarão, por exemplo, da interrupção das comunicações marítimas, essenciais, como são, para nossa sobrevivência. A necessidade que temos de importar petróleo é uma vulnerabilidade estratégica, uma fraqueza a ser contrabalançada por nossa Força Militar. A dimensão de nossa Zona Econômica Exclusiva implica em patrulhar uma enorme área para proteger nossos interesses e negar a outros o acesso a recursos que pertencem a nosso povo.

A guerra anti-submarino é, ainda, uma de nossas preocupações principais e estamos desenvolvendo unidades aéreas e de superfície apropriadas para esta tarefa. O navio-aeródromo de que dispomos está direcionado para a guerra anti-submarino, mas não pensamos que este seja o melhor uso que podemos dar a tal navio. Pretendemos substituir esse navio por um outro, novo, com capacidade para prover cobertura aérea para nossa Força Naval (com interceptadores e aviões de alarme antecipado). A função atual do navio-aeródromo existente será conservada, mas com novos aviões. A possibilidade de uso de alguns aviões de ataque está sendo considerada.

Em virtude da extensão de nossa linha de costa, precisamos de um grande número de embarcações de patrulha, muitas delas com velocidade adequada para interceptação e ataque, em coordenação com aviões baseados em terra e em porta-aviões. Aviões com grande raio de ação, baseados em terra, são também essenciais para o patrulhamento.



A guerra de minas é a arma dos mais fracos e pobres, e é muito eficiente. O único dano real infligido às Forças navais americanas na Guerra do Golfo foi causado por minas. O Brasil está produzindo suas próprias minas e está investindo na pesquisa de tipos mais sofisticados. Estamos mantendo um sistema completo de guerra de minas, incluindo laboratório e estações de desmagnetização, além de uma força de minagem e varredura adequada para manter livres nossos portos e áreas marítimas vitais.

Sabemos que necessitamos de uma força poderosa de submarinos. Submarinos convencionais são uma arma poderosa para a defesa costeira. O Brasil é o único país no Hemisfério Sul a construir seus próprios submarinos e tem projeto de capacitação para construção de um submarino de propulsão nuclear, baseado em tecnologia autônoma. A construção desse submarino de propulsão nuclear tem um duplo propósito: primeiro, dominar a instalação nuclear de propulsão e, segundo, aumentar a capacidade de dissuasão de nossa Força Naval não só porque o submarino nuclear é uma arma tão formidável, mas, porque sua construção demonstrará o alto nível de capacitação tecnológica do País.

### 2.3.1 Zona de Paz e Cooperação

A resolução 41 das Nações Unidas, em seu artigo 41, item 11, proposto pelo Brasil e aprovado pela Assembléia Geral, em 1986, estabeleceu o Atlântico Sul como Zona de Paz e Cooperação Regional, com o objetivo de mantê-lo distante dos problemas criados pela Guerra Fria e reativados com a Guerra das Malvinas (1983), quando a OTAN teve dos Estados Unidos a preferência em detrimento do TIAR.

Após a Guerra Fria e as mudanças políticas na África do Sul, o Brasil iniciou uma proveitosa colaboração com a África Negra, com a qual temos fortes laços étnicos e culturais.

Outro fato importante, em relação ao Atlântico Sul, é que o Brasil é membro pleno do Sistema Antártico e signatário do Tratado de Washington – Tratado Antártico; embora a situação jurídica daquele Continente ainda não tenha sido definida, presentemente, a posição brasileira no momento é mais próxima da visão internacionalista do que territorialista.

Atualmente, a cargo da Marinha de Guerra, o Brasil vem mantendo uma estação permanente e realizando pesquisas científicas na região, por intermédio de várias universidades federais e particulares.

### 3. Forças de Paz

*“Fazer a Paz não é coisa de soldados. Porém, só soldados podem fazê-la.”*

Dag Hammarkjold (Secretário Geral da ONU)

Nossa participação em Forças de Paz está sujeita a algumas considerações. A Constituição brasileira determina que a nossa Política Externa esteja baseada em dois pontos principais: o princípio da autodeterminação e o da não intervenção em assuntos internos dos Estados.

Isto torna difícil para o Governo brasileiro aceitar certas intervenções, tais como as ocorridas no Panamá e no Haiti.

No que tange à participação em Operações de Paz, o Brasil não se recusa a participar, desde que haja consentimento das partes envolvidas.

Desde 1956 tem dado amplo apoio militar à ONU, considerando a visão acima, tendo hoje observadores militares, observadores policiais e tropas em várias partes do mundo.

### 4. Anulação de Confrontações e Contenciosos

*“A força, às vezes, impede a agressão; a fraqueza, no entanto, é um convite a ela.”*

Henry Wallace

Embora pacífico, o País não está, no entanto, *inteiramente* livre do risco de um conflito armado. Apesar de conviver pacificamente na comunidade internacional, pode ser compelido a envolver-se em conflitos gerados externamente, como consequência de ameaças ao seu patrimônio ou aos seus interesses vitais.

O Brasil tem demonstrado, de forma consistente e clara, sua

determinação de viver em paz e harmonia, segundo os princípios e as normas do Direito Internacional e em respeito aos compromissos assumidos.

Nossos preceitos constitucionais se fundamentam na busca de solução pacífica, por meio da diplomacia e da negociação, para possíveis controvérsias e contenciosos.

O Brasil só recorrerá à força quando esgotadas todas as negociações possíveis.

## **5. A Participação das Forças Armadas nas Ações Geoestratégicas do Estado Brasileiro**

*“Somos o que repetidamente fazemos.”*

Aristóteles

As Forças Armadas do Brasil estão presentes em todos os campos e expressões do Poder Nacional; participam ou cooperam na implementação de um grande número de políticas de Governo que agem, em princípio, em áreas estratégicas geográficas. Assim sendo esta, atuam na:

– Psicossocial

Pela presença, nas áreas mais carentes e pioneiras do Território Nacional, promovendo o desenvolvimento, a assistência social, a educação; socorrendo a população nas calamidades; representando a autoridade governamental; e levando sempre uma mensagem de esperança e de crença ao Brasil;

– Expressão Econômica

Ajudando no equipamento do território, atuando em vários setores, particularmente no dos transportes marítimo, terrestre e aéreo, com a sua presença nacional;

– Expressão Política

Proporcionando o respaldo às decisões do Governo, cooperando em Câmaras e Comitês diversos, valorizando a atuação do Legislativo na prática do jogo democrático, no apoio à Política Externa, na partici-

pação em visitas, simpósios, seminários internacionais, no papel desempenhado pelas Aditâncias Militares e pelas Forças de Paz;

– Expressão Científico-Tecnológica

Pela contribuição no desenvolvimento de tecnologia de ponta em setores sensíveis, por intermédio dos Centros de Pesquisas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

– Expressão Militar

Onde se insere a sua Missão Constitucional, cooperando para o clima de segurança indispensável e servindo de fiadores da soberania de nosso País, como instrumento de dissuasão.

É oportuno destacar, neste ponto, as diferenças principais no emprego entre as Forças Armadas Brasileiras e as dos países do chamado “*Primeiro Mundo*”. Enquanto nesses países as Forças Armadas estão voltadas, com exclusividade, para as atividades-fim e restritas ao campo militar, no desempenho de seu papel como “*máquina de guerra*”, no caso do Brasil, as nossas Forças Armadas estão presentes em todos os campos do Poder Nacional, executando não apenas atividades profissionais militares, mas também dedicando parcela ponderável do seu esforço às atividades-meio e complementares e agindo como instrumento de apoio e dissuasão.

O Presidente da República define o que pretende de suas Forças Armadas por meio da Política de Defesa Nacional, pois elas se constituem no seu principal protagonista.

## 6. Conclusões

O Brasil cultua a sua liberdade de ação, como ator global, para aprimorar e estimular parceiros estratégicos. Assim, são muitas as iniciativas, nos mais variados campos, inclusive o militar, e no das tecnologias sensíveis, em que nós e nossos interlocutores buscamos cooperação. As parcerias são as mais variadas possíveis, desde uma parceria aeronáutica com a Itália, na construção de um caça supersônico até àquela com a República Popular da China, na cooperação de um veículo lançador de satélites.

Finalmente, gostaríamos de apontar uma inquietude brasileira em relação à Segurança Internacional. Há uma forte percepção entre nós que a lógica da seletividade internacional se baseia na prepotência e nos argumentos de que o controle de certas tecnologias se faz necessário para evitar a proliferação de armas sofisticadas nas mãos de irresponsáveis. Assim, os regimes de controle que permitem a alguns países desenvolver e empregar certas tecnologias, tornando-os, por consequência, detentores de recursos de poder assimétrico, negam, a outros o acesso a essas tecnologias.

Renunciar ao acesso às tecnologias sensíveis é aceitar a condição de Nação de segunda classe, dentro de um sistema colonial apenas um pouco mais sutil do que prevaleceu no século passado e, que, se não enfrentado, tornará perene a atual distribuição da riqueza no mundo, injusta e, para nós brasileiros, inaceitável.

*O autor é Professor do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra e Membro do Centro de Estudos Estratégicos.*

## O “Clube do Fole”

Durante a Segunda Guerra Mundial, criou-se um “*Fundo Spitfire*” destinado a levantar dinheiro, por subscrição pública, para adquirir aviões *Spitfire* para o esforço de guerra.

Em 1940, o valor divulgado como preço de um *Spitfire* eram cinco mil libras esterlinas. Na realidade, eles custavam um pouco mais, e no final da guerra o preço de um *F21* era pelo menos o dobro do preço de um *MK I*. Centenas deles foram adquiridos através dessas subscrições públicas e de doações particulares. Cada avião oferecido ostentava o nome do doador, como por exemplo: *Cidade de Coventry* (havia três destes), *Bow Street Home Guard, Sind* (vários destes), *On the Target* (dos artilheiros do Exército), *Cheeping Wycombe, Kalahari* (Bechuanalândia), *The Old Lady* (“A Velha de Threadneedle Street”, é o Banco da Inglaterra), *Lady Linlithgow, R. J. Mitchell* (obviamente dos empregados da *Supermarine*), *Victor McLagen, Seattle, Metal Trade Australia, The Dog Fighter* (do *Kennel Clube*), *Carbine* (*Victoria Racing Club*, Austrália), *Flying Scotsman* (da Ferrovia LNER, que tem o famoso trem “*Escocês Voador*”), *Sir Harry and Lady Oakes* (dois), *Dorothy of Great Britain and the Empire* (!), *The Canadian Policeman, Queen Salote e Prince Tungi Tonga nº II*. Os nomes dos doadores eram pintados na carenagem do motor ou abaixo da cabina.

[No Brasil, Tom Impey, Lionel Cole, da CTB, e o anglo-brasileiro Tim Sloper, das conhecidas lojas “*Sloper*”, no intuito de obterem fundos para a compra de aeronaves *Spitfire*, fundaram o *Clube do Fole*, que angariava contribuições de milhares de simpatizantes da causa britânica – a Grã-Bretanha ainda se encontrava sozinha enfrentando o Eixo.

Os *Foles*, na maioria estudantes e comerciários, pagavam proporcionalmente aos aviões do Eixo abatidos mensalmente, sendo “*promovidos*” dentro de uma divertida hierarquia.

A princípio semiclandestino, o Clube passou a operar abertamente depois da entrada do Brasil na guerra, dividindo as arrecadações com a FAB. O Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, assim como Churchill, era membro honorário dos *Foles*.

Do total de 57 mil libras, foram comprados cinco *Spitfire*, batizados de “*Brazil 1*” até “*Brazil 5*”; mas os fundos depois passaram a ser aplicados na aquisição dos novos caças da “*segunda geração*”,

os Hawker *Typhoon*, dotados de motores Napier *Sabre*, armados com quatro canhões de 40 mm e quatro foguetes.

O Esquadrão *Brazilian Bellows* (Foles Brasileiros) da RAF era totalmente constituído de aeronaves *Typhoon*, adquiridas pelas contribuições brasileiras.

Sob o comando do *Wing Commander* J. R. Baldwin, DSO, DFC – que tomou parte pessoalmente no ataque – os “*Brazilian Bellows*” feriram e retiraram da guerra o Feldmarechal Erwin Rommel, na tarde de 17 de julho de 1944, na aldeia profeticamente denominada *Sainte-Foy-de-Montgommery*. Poucas horas antes, na manhã de 16, a Força Expedicionária Brasileira desembarcara em Nápoles. **(Nota do editor brasileiro)]**

*Adaptado da obra de John Vader intitulada “Spitfire: Caçador Implacável”, editada pela Editora Renes, em 1973, na Coleção História Ilustrada da Segunda Guerra Mundial (Armas).*

*O livro em questão foi cedido à Divisão de Estudos e Pesquisa pelo Tenente-Brigadeiro-do-Ar Reformado Humberto Zignago Fiúza, a quem agradecemos a prestimosa colaboração.*

# Bolívia: uma História Recorrente

*Manuel Cambeses Júnior*

Recentemente, em 1º de maio próximo passado, o Presidente boliviano Evo Morales Ayma, em inflamado e contundente discurso, pronunciou a seguinte frase: “*A partir deste momento estão nacionalizados todos os hidrocarbonetos. Acabou-se o saque de recursos naturais por parte das empresas internacionais. O petróleo e o gás natural passam a ser de propriedade exclusiva dos bolivianos*”.

Com estas taxativas palavras, o líder do Movimento ao Socialismo apresentou o Decreto de Nacionalização, ao mesmo tempo em que ordenava às Forças Armadas que tomassem as instalações das empresas multinacionais. Talvez possam surpreender o ódio ao estrangeiro que, de modo contumaz, destilam suas palavras e suas ações, porém não se pode esquecer que os indígenas da Bolívia têm sido explorados e sistematicamente discriminados desde que os invasores espanhóis chegaram à América, há cinco séculos. Não é em vão que Evo Morales é o primeiro presidente indígena na História da Bolívia.

Entretanto, que as maiorias indígenas tenham sido exploradas pelas minorias espanholas, não implica que a expropriação de empresas estrangeiras seja desejável. Não somente pelo dinheiro que tem sido auferido pelas multinacionais, mas, simplesmente, porque, dessa forma, não se conseguirá melhorar a situação econômica e social dos cidadãos bolivianos.

Entendemos que Evo Morales tem razão quando afirma que os recursos naturais são de propriedade dos bolivianos. Disso, evidentemente, me parece não haver nenhuma dúvida. Porém, isso não quer dizer que as empresas estrangeiras que os extraem estejam saqueando o país. Ao que se sabe, empresas como a *Petrobrás*, a hispano-argentina *Rapsol*, a francesa *Totalfina* e as britânicas *British Gas* e *British Petroleum*, compraram o direito de exploração de hidrocarbonetos e o estão fazendo a um preço acordado com o Governo da Bolívia.

Com essa intempestiva medida unilateral, as empresas ficaram obrigadas a entregar sua produção à estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB)*, que agora assumirá também o controle das reservas de gás e petróleo que estavam sendo exploradas pelas companhias estrangeiras.



É possível que os preços praticados na extração dos hidrocarbonetos não sejam o que o atual presidente crê como justo. Se assim for, o que deve ser feito, ao contrário de expropriar as multinacionais e utilizar a *manu militari*, é renegociar os contratos, de conformidade com os cânones da legislação internacional.

Que os recursos naturais são dos bolivianos tampouco quer dizer que, mandatoriamente, devam ser extraídos por empresas públicas nacionais. É de bom alvitre lembrar que, com raríssimas exceções, as empresas públicas não costumam funcionar a contento, na América Latina, e a Bolívia, certamente, não seria uma exceção à regra.

Também é importante lembrar que a Bolívia já nacionalizou o petróleo em 1937, expropriando a *Standard Oil* e, quando pressentiu que o setor público não conseguia produzir nada, teve que privatizar a empresa. E voltou a fazê-lo, em 1969 (desta vez a *Gulf Oil*), e, o correspondente fracasso, levou à privatização da empresa no ano de 1996.

Faz-se mister ressaltar que as privatizações realizadas nos anos noventa conseguiram deslanchar, aceleradamente, a produtividade e foram as responsáveis pela descoberta de gás natural, que, agora, o Governo boliviano quer expropriar. Indubitavelmente, a Bolívia necessita de tecnologia estrangeira. Sem ela, inexoravelmente ficará impedida de extrair o gás de seu subsolo e, como corolário, não poderá desenvolver a sua economia.

O governo de Evo Morales tem todo o direito de exigir que as empresas estrangeiras cumpram as leis bolivianas. Porém, se estas cumprem cabalmente os ditames da legislação, expropriá-las afugentará a inversão de capitais forâneos, e os mais prejudicados não serão os acionistas estrangeiros, mas os próprios consumidores bolivianos, que permanecerão sem possibilidades de atingir melhores patamares de desenvolvimento e progresso.

Expropriar as empresas transnacionais pode render votos na América Latina populista, em princípios deste século XXI, porém é uma estratégia, que, podemos vaticinar, não vai trazer nada de bom. A Bolívia deve buscar um equilíbrio entre a justiça (ingressos razoáveis pela venda de hidrocarbonetos) e a eficiência (que as condições impostas não afugentem algumas empresas de que o Estado boliviano não deve prescindir).

Uma vez encontrado o ponto de equilíbrio, que o Presidente Evo Morales demonstre que realmente está sinceramente preocupado

com o bem estar de seu povo, repartindo o dinheiro arrecadado através da implementação de ações governamentais que objetivem alcançar melhorias significativas na qualidade de vida dos cidadãos bolivianos.

*O autor é Coronel-Aviador da Reserva da Força Aérea Brasileira, Membro correspondente do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, Membro titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Pesquisador do INCAER.*

## **COLEÇÃO AERONÁUTICA DO INCAER**

### **SÉRIE**

#### **HISTÓRIA GERAL DA AERONÁUTICA BRASILEIRA**

- VOL. 1 – Dos Primórdios até 1920.
- VOL. 2 – De 1921 às Vésperas da Criação do Ministério da Aeronáutica.
- VOL. 3 – Da Criação do Ministério da Aeronáutica ao Final da Segunda Guerra Mundial.
- VOL. 4 – Janeiro de 1946 a Janeiro de 1956 – Após o Término da Segunda Guerra Mundial até a Posse do Dr. Juscelino Kubitschek como Presidente da República.

### **SÉRIE**

#### **HISTÓRIA SETORIAL DA AERONÁUTICA BRASILEIRA**

- 1 – Santos-Dumont e a Conquista do Ar - Aluizio Napoleão
- 2 – Santos-Dumont and the Conquest of the Air - Aluizio Napoleão
- 3 – Senta a Pua! - Rui Moreira Lima
- 4 – Santos-Dumont – História e Iconografia - Fernando Hippólyto da Costa
- 5 – Com a 1ª ELO na Itália - Fausto Vasques Villanova
- 6 – Força Aérea Brasileira 1941-1961 – Como eu a vi - J. E. Magalhães Motta
- 7 – A Última Guerra Romântica – Memórias de um Piloto de Patrulha - Ivo Gastaldoni (ESGOTADO)
- 8 – Asas ao Vento - Newton Braga
- 9 – Os Bombardeiros A-20 no Brasil - Gustavo Wetsch
- 10 – História do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica - Flávio José Martins
- 11 – Ministros da Aeronáutica 1941-1985 - João Vieira de Sousa
- 12 – P-47 B4 – O Avião do Dorneles - J. E. Magalhães Motta
- 13 – Os Primeiros Anos do 1º/14 GAv - Marion de Oliveira Peixoto
- 14 – Alberto Santos-Dumont - Oscar Fernández Brital (ESGOTADO)
- 15 – Translado de Aeronaves Militares - J. E. Magalhães Motta
- 16 – Lockheed PV-1 “Ventura” - J. E. Magalhães Motta
- 17 – O Esquadrão Pelicano em Cumbica – 2º/10º GAv - Adéele Migon
- 18 – Base Aérea do Recife – Primórdios e Envolvimento na 2ª Guerra Mundial - Fernando Hippólyto da Costa
- 19 – Gaviões de Penacho - Lysias Rodrigues
- 20 – CESSNA AT-17 - J. E. Magalhães Motta
- 21 – A Pata-Choca - José de Carvalho
- 22 - Os Primórdios da Atividade Espacial na Aeronáutica - Ivan Janvrot Miranda

## SÉRIE

### ARTE MILITAR E PODER AEROESPACIAL

- 1 – A Vitória pela Força Aérea - A. P. Seversky
- 2 – O Domínio do Ar - Giulio Douhet
- 3 – A Evolução do Poder Aéreo - Murillo Santos
- 4 – Aeroportos e Desenvolvimento - Adyr da Silva (ESGOTADO)
- 5 – O Caminho da Profissionalização das Forças Armadas - Murillo Santos
- 6 – A Psicologia e um novo Conceito de Guerra - Nelson de Abreu O' de Almeida
- 7 – Emprego Estratégico do Poder Aéreo - J. E. Magalhães Motta
- 8 – Da Estratégia – O Patamar do Triunfo - Ivan Zanoni Hausen

## SÉRIE

### CULTURA GERAL E TEMAS DO INTERESSE DA AERONÁUTICA

- 1 – A Linha, de Mermoz, Guillaumet, Saint-Exupéry e dos seus companheiros de Epopéia - Jean-Gérard Fleury
- 2 – Memórias de um Piloto de Linha - Coriolano Luiz Tenan
- 3 – Ases ou Loucos? - Geraldo Guimarães Guerra
- 4 – De Vôos e de Sonhos - Marina Frazão
- 5 – Anesia - Augusto Lima Neto
- 6 – Aviação de Outrora - Coriolano Luiz Tenan
- 7 – O Vermelhinho – O Pequeno Avião que Desbravou o Brasil -Ricardo Nicoll
- 8 – Eu vi, vivi ou me contaram - Carlos P. Aché Assumpção
- 9 – Síntese Cronológica da Aeronáutica Brasileira (1685-1941) - Fernando Hippólyto da Costa
- 10 – O Roteiro do Tocantins - Lysias A. Rodrigues
- 11 – Crônicas... no Topo - João Soares Nunes
- 12 – Piloto de Jato - L. S. Pinto e Geraldo Souza Pinto
- 13 – Vôos da Alma - Ivan Reis Guimarães
- 14 – Voando com o Destino - Ronald Eduardo Jaeckel

Pedidos ao:

**INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA**

Praça Marechal Âncora, 15-A, Centro - Rio de Janeiro - RJ

Cep: 20021-200 - Tel: (21) 2101-4966 / 2101-6125

Internet: [www.incaer.aer.mil.br](http://www.incaer.aer.mil.br) e-mail: [incaer@maerj.gov.br](mailto:incaer@maerj.gov.br)



# Destques do Clube do Livro



História Geral  
da Aeronáutica  
Brasileira - Vol. 1



História Geral  
da Aeronáutica  
Brasileira - Vol. 2



História Geral  
da Aeronáutica  
Brasileira - Vol. 3



História Geral  
da Aeronáutica  
Brasileira - Vol. 4



Gaviões de  
Penacho



Santos-Dumont  
História e Iconografia



Ases ou  
Loucos?



Ministros da  
Aeronáutica  
1941- 1985



O Caminho da  
Profissionalização  
das Forças Armadas



Evolução do  
Poder Aéreo



Senta a Pua !



De Vãos  
e de Sonhos



